



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO
E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

**INCLUSÃO DE ALUNOS CADEIRANTES: PERSPECTIVAS E
DESAFIOS APÓS O DECRETO 6.571/ 2008**

DIVINA PEREIRA PRIMO

ORIENTADORA: RIANE NATÁLIA SOARES VASCONCELOS

BRASÍLIA/2011

DIVINA PEREIRA PRIMO

**INCLUSÃO DE ALUNOS CADEIRANTES: PERSPECTIVAS E
DESAFIOS APÓS O DECRETO 6.571/ 2008**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em
Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar,
da Faculdade UAB/UNB - Pólo de Alexânia Orientadora:

Professora: M.Sc. Riane Natália Soares Vasconcelos

BRASÍLIA/2011

TERMO DE APROVAÇÃO

DIVINA PEREIRA PRIMO

INCLUSÃO DE ALUNOS CADEIRANTES: PERSPECTIVAS E DESAFIOS APÓS O DECRETO 6.571/ 2008

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 16/04/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

Prof^a. M.Sc. RIANE NATÁLIA SOARES VASCONCELOS (Orientadora)

Prof^a. Dr^a. GABRIELA SOUSA DE MELO MIETO (Examinadora)

DIVINA PEREIRA PRIMO (Cursista)

BRASÍLIA/2011

DEDICATÓRIA

Esta monografia é dedicada a:
todas as pessoas que possuem deficiência;
todos os profissionais que trabalham com crianças com necessidades especiais;
E a mim mesma que, descobri o gosto pela Educação Especial.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me deu o dom maior,
a vida.

Aos meus pais: Jovelino Pereira Primo e
Helena Costa Abrantes Primo por seus
esforços empenhados em meus estudos.

Aos meus irmãos: Divino, Lucilene, Lucí, Nilza e
Nilda por compreenderem minha ausência nas
reuniões de família.

Aos meus sobrinhos: Geovana Laís, Leandra, Roberto
Júnior, Gustavo, Guilherme e Jeferson por não ter
tempo de acompanhá-los em suas vidas.

Ao meu namorado Edmar Pereira de Moraes que esteve o
tempo todo ao meu lado e, muitas vezes, teve que
compreender minha ausência.

As tutoras presenciais: Ivana Pereira Abrantes e Antonia Genesi Vieira
dos Santos por terem colaborado com meus estudos.

A professora Mestre Ingrid Lílian Fuhr Raad, tutora a distância, por ter
compartilhado os seus conhecimentos comigo. E, em especial, a minha
orientadora, Riane Natália Soares Vasconcelos. Pois, sem ela não teria
chegado até aqui.

E, todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram nessa jornada árdua.
Porém, gratificante, o meu mais sincero agradecimento!

RESUMO

O presente trabalho é uma pesquisa social que se insere no debate da Educação Inclusiva que teve como objetivo principal investigar as perspectivas e desafios à inclusão do aluno cadeirante após o Decreto 6.571/2008. O embasamento teórico foi construído por meio de obras de diversos autores da área da Educação, tais como Gil, Santos e Barbato (2010); Silva, Ribeiro e Mieto (2010); Dessen e Polonia (2007); Kelman (2006); Tunes, Tacca e Bartholo (2005) e Angelucci (2002). A pesquisa foi realizada no início do primeiro semestre letivo de 2011, numa escola pública estadual do município de Alexânia, estado de Goiás. Participaram da pesquisa, cuja abordagem foi qualitativa, dez pessoas sendo: seis professores, a coordenadora pedagógica, a vice-diretora, uma aluna e sua responsável (mãe). A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semi-estruturadas. Por meio da pesquisa constatou-se que, após a criação do Decreto nº 6.571/2008 adequou somente parte da estrutura física da escola e um professor está participando de curso de Inclusão. Por isso, os principais desafios da escola continuam sendo: integrar o atendimento educacional especializado a proposta pedagógica da escola, envolvendo a participação da família junto com as demais políticas públicas; implantar salas de recursos multifuncionais; promover a formação continuada dos funcionários para a educação inclusiva; adequar a parte física para a acessibilidade; e o Ministério da Educação realizar o acompanhamento e o monitoramento dessas ações.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, aluno cadeirante, Decreto 6.571/2008, Desafios

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AEE - Atendimento Educacional Especializado.
- ANEE - Alunos com Necessidades Educacionais Especiais
- LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- NEE - Necessidades Educacionais Especiais

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1	Vista parcial da rampa na entrada da escola campo (pesquisa).....	42
Ilustração 2	Vista parcial dos corrimãos na entrada da escola campo (pesquisa).....	42
Ilustração 3	Vista parcial da rampa na porta (adaptada) das salas de aula da escola campo (pesquisa).....	43
Ilustração 4	Calçada e corrimãos dando acesso à biblioteca e ao laboratório de Informática da escola campo (pesquisa).....	43

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	09
I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
1.1- Deficiência Física.....	12
1.2- Trajetória da Inclusão Escolar no Brasil e no Mundo.....	14
1.3- A Importância da Educação Inclusiva no Contexto Educacional Atual.....	19
1.4- O Papel da Escola e da Família no desenvolvimento do aluno com Necessidades Educacionais Especiais (ANEE).....	21
1.5- Decreto nº 6.571, de 17 de Setembro de 2008: Disposição sobre o Atendimento Educacional Especializado.....	22
II - OBJETIVOS.....	25
III - METODOLOGIA	26
3.1- Fundamentação Teórica da Metodologia.....	26
3.2- Contexto da Pesquisa.....	27
3.3- Participantes.....	29
3.4- Instrumentos de construção de dados.....	31
3.5- Procedimentos de construção de dados.....	32
IV - RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	33
4.1- Professores, Coordenadora Pedagógica e Vice-diretora.....	33
4.2- Aluna com Necessidades Educacionais Especiais – Cadeirante.....	39
4.3 Mãe da aluna com Necessidades Educacionais Especiais – Cadeirante.....	40
V - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	46
APÊNDICES.....	49
A Roteiro de entrevista aplicada aos professores.....	50
B Roteiro de entrevista aplicada a coordenadora pedagógica.....	52
C Roteiro de entrevista aplicada a vice-diretora.....	54
D Roteiro de entrevista aplicada a Aluna.....	56
E Roteiro de entrevista aplicada a Mãe da Aluna.....	58
ANEXOS.....	60
A Decreto nº 65.71/2008.....	61
B Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professores (Modelo).....	63
C Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Coordenadora Pedagógica (Modelo)	64
D Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Vice diretora (Modelo).....	65
E Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Mãe da Aluna (Modelo)....	66
F Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Aluna (Modelo).....	67

APRESENTAÇÃO

A educação brasileira nos últimos anos tem sido assinalada por intensos debates, e um deles é sobre a Educação Inclusiva. Diversos profissionais envolvidos com o tema “Educação Inclusiva” estudam, pesquisam, promovem seminários, congressos, simpósios com o objetivo de traçar metas para tentar melhorar a situação. Por isso, foram criadas várias leis, decretos e projetos em torno do assunto. Mas, mesmo assim não está sendo fácil conseguir os resultados planejados.

Nesse contexto, desde que comecei a ministrar aulas tive interesse em fazer um curso sobre “Inclusão”. Iniciei no Magistério em 1997, em uma escola da rede estadual como contrato temporário. Minha formação na época era o Curso Técnico em Magistério, o qual dava suporte para lecionar de 1ª a 4ª série e, de 5ª a 8ª séries, na falta de professor habilitado. Comecei lecionando para alunos de 5ª a 8ª séries, ministrando as disciplinas de Língua Estrangeira Moderna (Inglês), Geografia e Educação Artística.

Em 1998, teve concurso e no edital tinha uma cláusula que permitia o candidato mesmo sem licenciatura, inscrever em uma disciplina em que tivesse aptidão. Fiz a opção por Geografia. Passei e na lotação de 2000 não tinha aulas suficientes de Geografia, fui obrigada a complementar minha carga horária com aulas de História. Com o passar dos meses, me identifiquei bastante com a disciplina de História. Mesmo assim, não era fácil preparar as aulas. Para eu ter segurança sobre os assuntos, assistia às aulas de História transmitidas pelo Telecurso 2000 e perguntava informações para os colegas de trabalhos.

No ano de 2002, teve início ao Projeto de Licenciatura Plena Parcelada oferecida pela Universidade Estadual de Goiás – UEG. Aproveitei a oportunidade. Matriculei-me no polo de Pirenópolis, pois, era o município mais próximo de minha residência. Fiquei feliz com isso, agora iria fazer um curso superior para aperfeiçoar e melhorar minha prática pedagógica.

Em 2005 terminei a graduação em História e prossegui estudando. Fiz alguns cursos de capacitação pelo Centro Tecnológico de Brasília - Ceteb (2005); Curso Educação, Inclusão, Autonomia e Diversidade oferecido pela Secretária Municipal de

Educação de Alexânia-GO (2008), Especialização em Metodologia do Ensino Fundamental pela Universidade Federal de Goiás – UFG (2008/2009), Curso de Extensão Curso de Extensão Gênero e Diversidade na Escola pela UFG, Campus Catalão (2009/2010) e, estou fazendo especialização em História e Humanidades pela Universidade Estadual de Maringá (UEM/PR).

A cada momento que termino um novo curso, constato que não posso parar de estudar. Na atualidade é preciso que, os profissionais da educação estejam construindo a sua identidade de acordo com as tendências pedagógicas contemporâneas, porque o homem atual é considerado um ser situado num mundo material, concreto, social, econômico e ideologicamente determinado. E, o conhecimento é uma atividade inseparável da prática social. O conhecimento hodierno é o resultado de trocas que se estabelecem entre o sujeito e o meio natural, social e cultural – teoria X prática. Onde, os assuntos são problematizados, investigados e discutidos a partir da vivência dos alunos. Isto quer dizer, a educação não é mais oferecida apenas para alguns como acontecia em épocas anteriores. A Educação atual é oferecida para todas as pessoas, não importando à idade, a etnia, a crença, dentre outros. Devido a todas essas mudanças, é necessário que o professor atual esteja em um processo contínuo de aperfeiçoamento.

Sou professora há 13 anos. Lembro-me que, desde 1999, a escola onde trabalho é tida como a “Escola polo da Educação Inclusiva” da rede estadual no município e, percebo que nesses treze anos ocorreram poucas mudanças concretas sobre Educação Inclusiva. O tema foi escolhido por fazer parte da minha prática pedagógica há 04 anos, quando comecei a ministrar aulas para uma aluna com necessidades especiais – cadeirante - do 8º Ano (antiga 7ª série no Estado de Goiás). E, a pesquisa foi desenvolvida, a fim de buscar respostas para o seguinte problema: apesar de debates, seminários, criação de decretos, leis e entre outros sobre a educação inclusiva, o que se percebe é que, a maioria das escolas ainda não está preparada estruturalmente para atender os Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (ANEE). Percebe-se que ocorreram poucos avanços, principalmente, porque as escolas foram construídas para atender os alunos ditos normais. E mesmo com a obrigatoriedade dos ANEE estudarem em escolas da rede regular as mudanças estão ocorrendo de forma lenta. Entende-se que na maioria das escolas ainda não foi feita a adequação total. Por exemplo: banheiro e rampas

de acessos a todos os locais dentro da escola como Secretaria, Coordenação e Cantina. Por isso, a pesquisa teve como objetivo geral investigar as perspectivas e desafios à inclusão do aluno cadeirante após o Decreto 6.571/2008.

Esta monografia foi realizada por meio de uma pesquisa de investigação qualitativa, tipificada como bibliográfica, documental e trabalho de campo com aplicação de entrevistas semi-estruturadas. A mesma foi desenvolvida em cinco capítulos. O primeiro capítulo aborda a fundamentação teórica que foi subdividido em cinco subtítulos, sendo 1.1- Deficiência Física; 1.2 Trajetória da inclusão escolar no Brasil e no Mundo; 1.3 – A importância da educação inclusiva no contexto educacional atual; 1.4- O papel da escola e da família no desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais (ANEE); 1.5 – Decreto no 6.571, de 17 de setembro de 2008: disposição sobre o atendimento educacional especializado. O segundo descreve os objetivos, o terceiro discorre sobre a metodologia, o quarto apresenta os resultados e a discussão da pesquisa. No quinto capítulo constam as considerações finais.

Gil, Santos e Barbato (2010); Silva, Ribeiro e Mieto (2010); Dessen e Polonia (2007); Kelman (2006); Tunes, Tacca e Bartholo (2005) e Angelucci (2002) foram os principais teórico utilizados para fundamentar a pesquisa.

I- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 - Deficiência Física

Desde que as sociedades foram formadas as pessoas foram criando conceitos e teorias. Às vezes, como o passar dos anos muitos desses conceitos e dessas teorias foram ou são utilizados para discriminar, inferiorizar e distinguir as pessoas umas das outras. Por isso, no transcorrer da história da humanidade as pessoas que não nasciam com o corpo perfeito eram tidas como anormais. Isto quer dizer, eram os deficientes.

Uma pessoa é deficiente quando "tem perda de uma de suas funções, seja ela física, psicológica ou sensorial" (SCHIRMER *et. al.* 2007, p.21). Então, a "deficiência física, em linhas gerais, diz respeito à perda ou redução da capacidade de movimento de qualquer parte do corpo em decorrência de lesões neurológicas, neuromusculares, ortopédicas ou malformações congênitas e adquiridas" (GIL; SANTOS; BARBATO, 2010, p. 259). Os autores citam alguns exemplos de patologias que costumam remeter a uma deficiência física:

Lesão cerebral (paralisia cerebral, traumatismo crânio-encefálico); lesão medular (tetraplegias, paraplegias); miopatias (distrofias musculares); patologias degenerativas do sistema nervoso central (esclerose múltipla, esclerose lateral amiotrófica, Mal de Parkinson); lesões nervosas periféricas; amputações; seqüelas de politraumatismos; malformações congênitas; distúrbios dolorosos, posturais ou seqüelas de patologias da coluna ou articulações dos membros (cifoses, hérnias de disco, artropatias, reumatismo); seqüelas de queimaduras (p.259-260).

Durante muito tempo, as pessoas nascidas com qualquer tipo de comprometimento físico eram excluídas da sociedade, às vezes, de forma arbitrária. Exemplos claros são os casos que aconteciam na Antiguidade, principalmente, com os hebreus e egípcios. Estes viam a deficiência com uma punição de Deus (deuses). Por isso, limitavam o acesso e o contato com pessoas que tinham deficiência. Na

Grécia Antiga, principalmente na cidade de Esparta “as crianças que nasciam frágeis ou deficientes, eram lançadas ao abismo ou abandonadas nas montanhas. Na Roma antiga existia lei que, autorizava o pai a matar os filhos defeituosos, jogando-os nos rios” (PURIFICAÇÃO; SOUZA; MELO, s/d, p. 3). Dessa forma, essas crianças eram privadas de viver, pois, elas eram excluídas da sociedade.

Atualmente, sabe-se que, todas as pessoas fazem parte da sociedade. Por isso, as pessoas com necessidades educacionais especiais (NEE) precisam estar também em contato com as outras consideradas “normais”. Tunes, Tacca e Bartholo (2005) afirmam que, é no convívio social, que a experiência interpessoal possibilita o processo de elaboração e reelaboração de sentidos que organizam e integram a atividade psíquica dos participantes da relação. Diante disso, fica claro e evidente que a pessoa com deficiência física contribui também para o desenvolvimento da sociedade na qual está inserida. Mas, para que o atendimento educacional especializado (AEE) seja satisfatório, as pessoas ligadas à área educacional, como professores, psicólogos, coordenadores pedagógicos entre outros precisam conhecer/identificar qual deficiência física o educando possui. Gil, Santos e Barbatto (2010, p. 260) afirmam que,

é importante conhecer a patologia com a qual o aluno convive, suas manifestações e curso de desenvolvimento, no entanto, essas alterações podem implicar singularidades nos modos de mobilidade, alimentação, coordenação motora, comunicação oral ou escrita, por exemplo, o que pode remeter à necessidade de adaptações para a realização das atividades escolares. Ressalta-se ainda que tais dificuldades podem se modificar ao longo do tempo conforme o curso de desenvolvimento da pessoa e/o da patologia.

Dessa forma, nota-se a importância de conhecer bem cada aluno. Fazendo isso, os profissionais da educação evitam tirar conclusões equivocadas a respeito do processo ensino-aprendizagem do aluno. Os mesmos autores informam ainda que, “às vezes, o que pode parecer uma perda ou piora do quadro em um determinado momento de vida da pessoa é o esperado no curso de desenvolvimento da patologia” (2010, p. 260).

Pode-se dizer em linhas gerais que, “concretizar a inclusão escolar de uma criança com qualquer deficiência implica uma mudança paradigmática, um deslocamento da ótica da falta para o potencial” (GIL, SANTOS e BARBATO, 2010, p. 261). Para melhor compreensão do assunto, é de extrema importância conhecer a trajetória da Inclusão Escolar no Brasil e no Mundo. Esse é o objetivo do próximo tópico.

1.2 – Trajetória da Inclusão Escolar no Brasil e no Mundo

Durante o II Império (1840-1889), foram criados no Brasil os Institutos dos Surdos-Mudos e, o dos Meninos Cegos. Atualmente são respectivamente o Instituto Nacional de Educação dos Surdos – INES e, Benjamim Constant, ambos situados no Estado do Rio de Janeiro. Na época esses institutos foram criados para atender aos Alunos com Necessidades Especiais (ANEE). Os referidos “institutos são tomados como marcos da educação especial no Brasil” (ANGELUCCI, 2002, p. 39). Mas, segundo Mendes (2006), foi na década de 60 (século XX) que os movimentos sociais pelos direitos humanos se intensificaram, na época começaram as propostas de integração escolar. As propostas eram que,

os alunos com deficiência deveriam participar de ambientes de aprendizagem mais desafiadoras; ter mais oportunidades para observar e aprender com alunos mais competentes; viver em contextos mais normalizantes e realistas para promover aprendizagens significativas; e ambientes sociais mais facilitadores e responsivos. (Idem, 2006, p. 388).

Porém, no Brasil, foi a partir da década de 70 (XX) que o governo federal realmente começou a ter interesse pela Educação Especial (ANGELUCCI, 2002). Inclusive, no Brasil, o grande marco dos direitos das pessoas com deficiência aconteceu mesmo com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Esta rompeu com o “modelo assistencialista existente e incorporou garantias às pessoas com deficiência, [...], assumindo como responsabilidade do Estado a saúde, a assistência social e o atendimento educacional especializado” [...]. (PURIFICAÇÃO; SOUZA; MELO, s/d, p. 4).

Em 1990 foi realizada a Conferência Mundial sobre Educação para todos, na Tailândia e, no ano de 1994 na cidade de Salamanca (Espanha) foi elaborado um documento na Conferência Mundial sobre Educação Especial com a finalidade de fornecer as diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social, o qual ficou conhecido como Declaração de Salamanca. Após a criação da Declaração de Salamanca,

os mais diferentes grupos e de forma cada vez mais abrangente o princípio da inclusão tem sido a tendência nos diversos contextos da organização social, na proposição de políticas públicas, nos documentos legislativos e jurídicos, na mídia em geral e em especial na mídia televisiva, nos esportes, nas definições no âmbito do atendimento à saúde e educação. (COELHO, 2010, p. 9)

Com isso, as ações de políticas públicas para o atendimento da educação inclusiva começaram também a ser implantadas no Brasil. Por exemplo: no dia 20 de dezembro de 1996 foi publicada a Lei nº 9.394 para estabelecer as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a qual ficou conhecida com Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). A educação especial foi definida no artigo 58. De acordo com a LDBEN entende-se como educação especial “a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. (1996 p. 21).

Além disso, em 2006, na cidade de Nova York (EUA) houve a convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência. O ministro das Relações Exteriores Amorim (2007) sugeriu que os textos dessa convenção fossem encaminhados ao Congresso Nacional Brasileiro com a expressa menção do interesse do Poder Executivo em vê-los incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro com equivalência a emenda constitucional, em consonância com o dispositivo do § 3º do Artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil no dia 26 de julho de 2007. Esta foi aprovada pelo Congresso Nacional no dia 09 de julho de 2008 (Decreto n. 186/2008) e pelo Presidente da República no dia 05 de agosto de 2009 (Decreto n. 6.949/2009). A educação ficou definida no artigo 24. O item 1, informa que,

Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. E, para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida, com os seguintes objetivos: a) O pleno desenvolvimento do potencial humano e do senso de dignidade e auto-estima, além do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais e pela diversidade humana; b) O máximo desenvolvimento possível da personalidade e dos talentos e da criatividade das pessoas com deficiência, assim como de suas habilidades físicas e intelectuais; e, c) a participação efetiva das pessoas com deficiência em uma sociedade livre ((BRASIL, 2009 [online]).

Além desses objetivos, no item 2 do mesmo artigo e título dispõe ainda sobre a realização dessa educação. Onde,

os Estados Partes assegurarão que: [...] c) adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais sejam providenciadas; d) As pessoas com deficiência recebam o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação; e) Medidas de apoio individualizadas e efetivas sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena (Idem, 2009).

Novamente no Brasil, no dia 18 de setembro de 2008, foi publicado no Diário Oficial da União (Seção 1) o Decreto nº 6.571/2008 que “dispõe sobre o atendimento educacional especializado. O Decreto regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007” (BRASIL, 2008, p.1). E, no dia 13 de julho de 2010 foi aprovada a Resolução nº 4, para definir as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para o conjunto orgânico, sequencial e articulado das etapas e modalidades da Educação Básica, baseando-se no direito de toda pessoa ao seu pleno desenvolvimento [...] a aprendizagem para continuidade dos estudos e a extensão da obrigatoriedade e da gratuidade da Educação Básica. Esta Resolução define a Educação Especial, no Artigo 29, como a modalidade “transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, é parte integrante da educação regular, devendo ser prevista no projeto político-pedagógico da unidade escolar” (BRASIL, 2010, p.

10). De acordo com o § 1º do mesmo artigo “os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE)” (Idem, 2010, p.10).

Dessa forma, percebe-se que, no Brasil nos últimos trinta anos houve um enorme avanço sobre o atendimento da Educação Especial. Mas, as próprias leis, resoluções, decretos que foram criados são contraditórios. Por exemplo, a LDBEN 9394/96 em seu artigo 58 define a educação especial como “a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (1996, p.21). E, de acordo com o § 1º do mesmo artigo, esta educação irá existir quando houver a necessidade dos serviços de apoio especializado, “na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”. (Idem, 1996, p. 21). Já no decreto nº 6175/08 é considerado atendimento educacional especializado “o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular” (2008, p.1). E, no § parágrafo do mesmo artigo, afirma que, este “deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas” (Idem, p. 1).

Enquanto na resolução nº 4, de 13 de julho de 2010 a Educação Especial é definida como:

a modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, é parte integrante da educação regular, devendo ser prevista no projeto político-pedagógico da unidade escolar. E os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (BRASIL, 2010, p.10).

Porém, ao comparar duas definições sobre Educação Especial, a LDBEN 93.94/96 e Res. Nº 04/10, percebe-se um avanço significativo. Isso porque, em 1996, a lei previa que esse tipo de educação era oferecido preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

Enquanto a Res. nº 04. de 2010 define que, a educação especial é parte integrante da educação regular, devendo ser prevista no Projeto Político Pedagógico da unidade escolar. Por isso, Carvalho (Webconferência, 21/08/10) relata que, no Brasil não existe uma política de Inclusão, ou seja, o que existe é a política de educação especial na perspectiva da educação Inclusiva.

Além das contradições existentes nas leis brasileiras nas últimas décadas, houve também, um enorme debate sobre as vantagens e desvantagens, antes, da integração escolar e, mais recentemente, da inclusão escolar. Isto quer dizer, no Brasil se procurava saber qual seria a melhor forma de educar crianças e jovens com NEE (MENDES, 2006).

Mesmo após tantos debates, analisou-se que, não há uma resposta ou receita pronta. Atualmente essas discussões variam. Na sociedade em geral existem algumas pessoas que defendem a inclusão total. Isto quer dizer, os alunos devem ser educados apenas e, só na classe regular, e, outros defendem a ideia de que a diversidade de características implica a existência e manutenção de um contínuo de serviços e de uma diversidade de opções (Idem, 2006). Sob essa orientação, Gil, França e Barbato (2010, p. 273) afirmam que é “por meio de trocas que as pessoas constroem os conhecimentos sobre as várias coisas do mundo”. Por isso, há necessidade de todas as crianças serem incluídas na sociedade.

No entanto, sabe-se que, a realidade não é bem assim. Principalmente quando se trata dos ANEE. Muitas vezes essas crianças por não serem consideradas “normais” ficam a mercê da sociedade tendo seu desenvolvimento humano comprometido. Mendes (2006 p. 401), afirma ainda que,

no campo educacional brasileiro as perspectivas para a mudança da educação inclusiva para alunos com necessidades especiais estão postas na lei. Mas, ainda, não estão devidamente traduzidas em ações políticas, e por isso nem chegam às escolas, e menos ainda às salas de aula. E, o poder público não está cumprindo bem a sua função, o que não impede que cada um assuma sua parte e se torne sujeito dessa história.

Por esses motivos se faz necessário que todos os envolvidos no processo educacional cobrem e denunciem todas as injustiças ocorridas com o intuito de

prejudicar o desenvolvimento humano. Kelman (2010, p. 14) afirma que, “o desenvolvimento humano é um processo de transformação estrutural baseado na interação entre um organismo e um ambiente. Assim, a escola passa a ser uma importante agência social promotora do desenvolvimento e da construção do saber. E, ainda, baseada na definição de Vygotski, a autora relata também que, a escola é o lugar onde os conceitos cotidianos se transformam em conceitos científicos” (Idem, p. 42). Segundo esses conceitos, fica claro e evidente que, é nas escolas que se devem iniciar de verdade o respeito para com os ANEE. O primeiro passo para a inclusão acontecer é fazer valer as leis da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Diante disso, percebe-se que, está faltando agora é a sociedade cobrar das autoridades políticas (municipal, estadual e federal) o direito de cada criança com necessidades especiais ser matriculada na escola e ter condições para desenvolver todas as suas habilidades de verdade. Isto quer dizer, as escolas devem ser estruturadas em todos os seus aspectos e ter funcionários de apoio como: psicólogos, professor de recursos e funcionários capacitados.

Para a Inclusão ocorrer de fato, a criança não pode ser apenas matriculada, a escola precisa promover a sua aprendizagem de forma satisfatória, as leis por si sós não irão garantir o pleno desenvolvimento da criança. Sabe-se que, muitas vezes, jogam-se as crianças em salas superlotadas apenas para dizer que estão cumprindo as leis. Mas, na verdade o que ocorre é exclusão. Isso ocorre por alguns motivos. Primeiro, os órgãos responsáveis pelos investimentos não investem o suficiente. Segundo, os órgãos que fazem as leis serem cumpridas não fiscalizam de forma eficaz. Terceiro motivo, grande parte da sociedade fica de braços cruzados deixando do jeito que está. Nessa linha argumentativa, observa-se a necessidade de todos os envolvidos na educação compreenderem a importância da Educação Inclusiva no contexto Educacional Atual que será o objetivo do próximo tópico.

1.3- A Importância da Educação Inclusiva no Contexto Educacional Atual

Toda pessoa se constitui “a partir de outros homens, por meio da linguagem e dos instrumentos criados culturalmente” (SILVA; RIBEIRO; MIETO, 2010, p. 4). E a constituição da pessoa com necessidades especiais não é diferente. Tanto o

desenvolvimento de uma criança normal quanto uma criança com necessidades especiais ocorre do mesmo modo, ou seja, obedecem as mesmas leis. “A diferença está nas peculiaridades do desenvolvimento de cada uma. Isto é, na maneira singular de interlocução com outros e de intervenção no mundo” (Idem, 2010, p. 210 *apud* VIGOTSKI, 1989). O “homem é visto como um sujeito que constitui a sua singularidade na interação com o meio, transformando-o e sendo por ele transformado nas relações sociais produzidas em uma determinada cultura” (KELMAN, 2009, p. 23).

Nesse contexto, percebe-se a importância da Educação Inclusiva. O ANEE interagindo e convivendo com outras pessoas, irá ter a oportunidade de trocar informações. É “na dinâmica interativa, nas atividades coletivas que os mecanismos de compensação podem ser ativados” (SILVA; RIBEIRO; MIETO, 2010, p. 211). O ANEE tendo a chance de participar das atividades coletivas irá ter também o ensejo de se desenvolver humanamente devido ao fato de “entrar em contato com os signos culturalmente construídos e compartilhados na escola, ativar mecanismos de compensação, (re) organizar qualitativamente suas ações no mundo” (Idem, 2010, p. 212).

Por isso, na sala de aula de acordo com o contexto da Educação Inclusiva, o aluno não pode estar lá só por estar. Há necessidade do professor “lançar mão de estratégias de intervenção pedagógicas baseadas na valorização dos processos interativos, como forma de garantir a participação guiada de crianças com deficiência no contexto da produção coletiva de conhecimentos” (Idem, 2010, p. 218). Através das ações pedagógicas utilizadas, o professor e os demais alunos podem promover a ampliação dos conhecimentos já existente no ANEE e, podem ajudá-lo também, a desenvolver outras habilidades e conhecimentos conforme afirmam as autoras, Silva, Ribeiro e Mieto (2010, p. 206) “[...] quanto mais rica, múltipla e produtiva forem nossas interações sociais, mais potencializadas serão nossas dimensões subjetivas”.

A educação é um exercício prático a serviço da construção e formação do homem e do seu mundo. Rodrigues (2008, p.13) relata que “a educação deve ser ato cotidiano de leitura da realidade, sempre numa perspectiva crítica, visando a reconstrução de processos e/ou produtos específicos e, gerando competências”. Analisando a ideia da autora, percebe-se que a escola só fará seu papel se estiver preparada e equipada para isso. Então, “é preciso que se pense em uma nova

estrutura (...) que sejam criados projetos especiais (...), visando a promover a revisão dos processos educacionais para um novo padrão de qualidade compatível com os empreendimentos atuais da política de educação para todos”. (COSTA NETO, 2002, p. 68).

Enfim, as ideias arroladas até aqui apontam que, uma sociedade será inclusiva quando a mesma for capaz de “expressar o respeito às diferenças, valorizar a diversidade, entendendo que todas as pessoas devem ter seus direitos fundamentais garantidos, como o direito à saúde, à segurança, ao trabalho ou ao lazer” (KELMAN, 2010, p. 49). Mas, para isso é primordial compreender qual é o papel da escola e também qual é o papel da família no desenvolvimento do ensino aprendizagem, principalmente, do ANEE.

1.4 - O Papel da Escola e da Família no desenvolvimento do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais (ANEE)

A escola vem sendo definida ultimamente como o local onde a criança vai “assegurar a transposição de saberes sociais, científico e culturais considerados válidos e universais [...], pois, a maioria das pessoas sem distinção de classe social acredita que a escola é um meio de ascensão e mobilidade social de seus filhos na sociedade” (GOIÁS, 2005, p. 17).

Por isso, primeiramente, é necessário refletir sobre o que diz o capítulo “Princípios e Fins da Educação Nacional”, Título II, art. 2º da LDBEN (9394/96), a “educação dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (p.1).

Dessen e Polonia (2007, p. 22) afirmam que, “a escola e a família são responsáveis pela transmissão e construção do conhecimento culturalmente organizado, modificando as formas de funcionamento psicológico, de acordo com as expectativas de cada ambiente”. É no ambiente familiar que a criança aprende a administrar e resolver os conflitos, a controlar as emoções, a expressar os diferentes

sentimentos que constituem as relações interpessoais, a lidar com as diversidades e adversidades da vida. Mas, as autoras informam que, nem sempre as famílias constituem uma rede de apoio funcional e satisfatória ou, mesmo, melhor que outras. Isso ocorre devido aos problemas e desafios enfrentados pela família, e sem uma rede de apoio social que promova a superação do estresse, a resolução de conflitos e o restabelecimento de uma dinâmica familiar saudável, as famílias podem desenvolver padrões de relacionamento disfuncionais, tais como: maus tratos à criança, a violência intrafamiliar, abuso de substâncias, conflitos.

Dessa maneira, entra o papel da escola. Ainda, as mesmas autoras citando Rego (2003) relatam que, a escola é o espaço físico, psicológico, social e cultural que os indivíduos processam o seu desenvolvimento global, mediante as atividades programadas e realizadas em sala de aula e fora dela, ou seja, a escola é uma instituição em que se priorizam as atividades educativas formais, sendo identificada como um espaço de desenvolvimento e aprendizagem e o currículo, no seu sentido mais amplo, devem envolver a todas as experiências realizadas nesse contexto. Isto significa considerar os padrões relacionais, aspectos culturais, cognitivos, afetivos, sociais e históricos que estão presentes nas interações e relações entre os diferentes segmentos.

Por esses motivos, os conhecimentos oriundos da vivência familiar podem ser empregados com mediadores para a construção dos conhecimentos científicos trabalhados na escola. Tanto a família quanto a escola constituem como principais ambientes de desenvolvimento humano na atualidade. Por isso, se faz necessário a integração desses dois contextos para que haja o desenvolvimento humano de fato, principalmente das pessoas com necessidades especiais. Por isso, o próximo passo é compreender como deve acontecer o atendimento educacional especializado segundo o Decreto nº 6.571/2008.

1.5- Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008: Disposição sobre o Atendimento Educacional Especializado¹

¹ Texto adaptado do Decreto 6.571/2008 (Anexo A)

O objetivo do decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008 é dispor sobre o atendimento educacional especializado regulamentando o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e acrescentando também o dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007.

No art. 1º do referido decreto, o Presidente da República decretou que, a União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

Mas, de acordo com o decreto nº 6175/08 é considerado atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular. E este deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas (§ 2º).

E o atendimento educacional especializado tem que compor os seguintes objetivos: prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular; garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino.

Ainda de acordo com o decreto, cabe ao Ministério da Educação prestar apoio técnico e financeiro às ações voltadas à oferta do atendimento educacional especializado, entre outras como, por exemplo: implantação de salas de recursos multifuncionais; formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado; formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva; adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade; elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade; estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior. (Adaptado do Art. 3º)

Além de definir os objetivos e ações, o decreto também define que as salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado. E que, a produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade incluem livros didáticos e paradidáticos em braile, áudio e Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, *laptops* com sintetizador de voz, *softwares* para comunicação alternativa e outras ajudas técnicas que possibilitam o acesso ao currículo.

E, de acordo com o § 3º do art. os núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de alunos com deficiência.

Segundo o decreto, 6175/08, o Ministério da Educação é o órgão responsável para realizar o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola por parte dos beneficiários do benefício de prestação continuada, em colaboração com os Ministérios da Saúde, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e, com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

II - OBJETIVOS

Geral:

Investigar as perspectivas e desafios à inclusão do aluno cadeirante após o Decreto 6.571/2008.

Objetivos Específicos:

- Apresentar o conceito de deficiência física e um breve relato histórico;
- Apontar a trajetória da Inclusão Escolar no Brasil e no Mundo identificando a sua importância no contexto educacional atual;
- Identificar o papel da escola e da família no desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais;
- Apresentar as disposições preconizadas no Decreto 6.571/2008 e verificar o processo de inclusão de alunos cadeirantes em escola pública regular do município de Alexânia, estado de Goiás.

III – METODOLOGIA

3.1- Fundamentação Teórica da Metodologia

A presente monografia foi realizada por meio de uma pesquisa de investigação qualitativa, tipificada como bibliográfica, documental e trabalho de campo com aplicação de entrevistas semi-estruturadas.

A investigação da pesquisa foi classificada como qualitativa porque esse tipo de investigação “não exige a definição de hipóteses formais. As hipóteses são momentos do pensamento do investigador comprometido com o curso da investigação, as quais estão em constante desenvolvimento” (MACIEL e RAPOSO, 2010, p. 82).

A pesquisa bibliográfica foi necessária para compor o embasamento teórico, o qual foi composto por autores e textos estudados no decorrer do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar (UAB/UnB). A pesquisa documental foi utilizada diante da necessidade de análise de documentos do arquivo do ambiente de pesquisa.

O trabalho de campo foi escolhido considerando o que afirmam Maciel e Raposo (2010, p. 84):

O trabalho de campo pressupõe a participação espontânea do investigador no curso cotidiano da vida dos sujeitos investigados, não só no meio estudado, mas também na instituição estudada, a qual conduz a informações de importantes redes de comunicação que e permitem, por uma vez, a expressão cotidiana dos sujeitos estudados [...].

O instrumento principal para colher as informações foi à entrevista semi-estruturada. O instrumento “combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto” (BONI e QUARESMA, 2005. p. 75). Através das perguntas abertas há facilidade da

“expressão do sujeito em toda a sua complexidade e, também há aceitação do desafio que implica a construção de ideias e conceitos sobre a informação diferenciada que expressam todos os sujeitos estudados” (MACIEL e RAPOSO 2010, p. 83). Além disso, esse tipo de instrumento “delimita o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema “Inclusão de alunos cadeirantes: perspectivas e desafios após o Decreto 6.571/2008”, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados” (BONI e QUARESMA, 2005. p.75)

3.2- Contexto da Pesquisa²

O trabalho de campo se desenvolveu em uma escola pública localizada na periferia da cidade de Alexânia, estado de Goiás. Esta escola foi fundada no ano de um mil novecentos e sessenta e um (1961) e inaugurada em 1963, no Governo de Mauro Borges e do Presidente da República João Goulart. Em 1977, a escola foi premiada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) ao receber a sua primeira biblioteca no dia 23 de agosto.

Atualmente a escola conta com nove salas de aulas, sendo oito salas com uma área de 7,06 m de comprimento, 6,02m de largura e 3,52 m de pé direito, com menos de um metro por aluno devido à superlotação e, uma sala de aula com 9,53 m de comprimento por 5,30 m de largura (pátio adaptado), abafada e encostada na cozinha da escola. Além disso, a escola conta com uma quadra de esportes descoberta; um campo gramado para práticas esportivas; dois pátios descobertos com cimento grosso e uma área livre de 5.300,00 m.

Em 2006 a equipe gestora da escola construiu uma nova biblioteca com recursos arrecadados em festas juninas e ajuda da comunidade e em 2010, a equipe gestora atual reformou (adaptou) a antiga casa do vigia para ser o Laboratório de Informática e o Laboratório de Ciências novamente com verbas arrecadadas em festa junina.

² As informações principais que compõe esse tópico foram extraídas dos documentos do arquivo da escola campo da pesquisa (portarias, pareceres, Projeto Político Pedagógico dentre outros).

No final de 2009, a escola recebeu uma verba do Plano de Desenvolvimento da Escola/ Plano de Ações Financiáveis (PDE/PAF) para adequar algumas salas de aula. Então, quatro salas de aula tiveram suas portas adaptadas (portas largas e rampa). Além disso, fizeram alguns corrimãos na entrada da escola, trajeto entre as salas, biblioteca e laboratório de informática.

A equipe gestora é formada pelo diretor, vice-diretor e secretário-geral. A qual é escolhida pela comunidade escolar – professores, funcionários administrativos, pais e alunos acima de onze anos de idade - através de eleição direta com duração de dois anos. Podendo ser candidato somente funcionários exclusivos, ou que tem tempo disponível para cumprir a carga horária semanal.

Em 2011, a escola conta com vinte e dois (22) professores efetivos e onze (11) em regime de contrato temporário. Do total que são trinta e três (33), seis (06) estão cursando Ensino Superior, os demais são formados na área em que atua ou têm formação equivalente.

A maioria dos alunos matriculados na escola é oriunda das escolas municipais urbanas e rurais e, a minoria é proveniente das escolas particulares do centro da cidade. Alguns alunos contam com auxílio de Programas de Governo como: Bolsa Família, Salário Escola, Transporte Escolar, entre outros.

No Projeto Político Pedagógico da escola (2010) está relatado que, a mesma tem por missão o compromisso de um ensino de qualidade, num ambiente apropriado e inovador, garantindo a formação e preparação dos alunos para um futuro promissor, envolvendo toda comunidade escolar.

O Ensino Fundamental (EF) tem como objetivo proporcionar ao aluno até o final do mesmo (9º Ano) domínio da leitura escrita e do cálculo, a compreensão do ambiente natural, social e político, científico, ético e, ainda, adquirir conhecimento, habilidades de formação de atitudes e valores que leve ao fortalecimento da família e desperte seus sentimentos de solidariedade e tolerância. O Ensino Médio tem como objetivo continuar a formação dos alunos que foi iniciada no Ensino fundamental do cidadão consciente, crítico e autônomo, envolvido com o próprio desenvolvimento e com o da comunidade, preparando-o para a vida e seus desafios, entre eles os vestibulares.

O Ensino Fundamental e Médio da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) visam atender aos alunos que, não tiveram acesso à escolarização do Ensino Médio na idade própria. Como atender também, a obrigatoriamente às diretrizes da Base Nacional Comum, adequando-se aos interesses, à realidade e as possibilidades da população a que se destina. Esse tipo de ensino tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Ensinando-o a tornar-se um cidadão crítico, consciente da realidade que o cerca, capaz de dominar o processo de conhecimento, de formular novas alternativas e ainda que cultive a sensibilidade e reconheça a sua identidade cultural. Pois, a escola campo desta pesquisa concebe a educação escolar como uma prática, que tem a possibilidade de criar condições para que todos os alunos desenvolvam suas capacidades e aprenda, os conteúdos necessários para construir instrumento de compreensão da realidade e de participação em relações sociais, políticas e culturais diversificadas e cada vez mais amplas.

Desta forma, os professores são orientados a utilizarem diferentes modalidades de estratégias de ensino, planejando suas aulas visando à plena assimilação dos conteúdos pelos alunos, fortalecendo as relações de aprendizagem interdisciplinar e, favorecendo o crescimento sócio-cognitivo do aluno.

Atualmente a escola oferece a 2ª Fase do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) nos turnos: matutino e vespertino; Ensino Médio Regular nos turnos matutino e noturno e a EJA do Ensino Fundamental e Médio no noturno e uma turma de EJA do Ensino Fundamental no presídio local.

3.3- Participantes

Primeiramente foi apresentado à direção da escola (equipe gestora), o projeto de pesquisa intitulado “Inclusão de alunos cadeirantes: perspectivas e desafios após o Decreto 6.571/2008” com o objetivo de solicitar a autorização para a concretização do mesmo. No momento foi explicado também que, devido o caráter científico da pesquisa, o nome da escola e dos participantes não iriam ser mencionados, seriam usados apenas nomes fictícios. Por isso, cada participante assinou o Termo de

Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) dando autorização para que a pesquisadora utilizasse as informações obtidas nas entrevistas.

Dez (10) pessoas participaram desta pesquisa. Sendo seis (06) professores, os quais foram identificados da seguinte forma:

- Professor A, sexo feminino, 22 anos, licenciada em Letras, atuando como professora de Inglês;
- Professor B, sexo feminino, 22 anos, licenciada em Matemática, atuando como professora de Matemática;
- Professor C, sexo feminino, 24 anos, licenciada em Química, atuando como professora de Química;
- Professor D, sexo masculino, 32 anos, licenciado em História, atuando como professor de Artes;
- Professor E, sexo feminino, 33 anos, licenciada em Geografia, atuando como professora de Geografia e Sociologia;
- Professor F, sexo feminino, 39 anos, licenciada em História, atuando como professora de História

Além dos professores participaram da pesquisa, a coordenadora pedagógica e a vice-diretora. Sendo que, a coordenadora tem 36 anos, é licenciada em Letras, e atua na Coordenação Pedagógica do turno matutino. A vice-diretora tem 47 anos e é licenciada em Química.

Ainda, participaram da pesquisa, a aluna com necessidades especiais (cadeirante) e sua mãe. Esta aluna não nasceu com necessidades especiais. Nasceu “normal” e quando estava com cinco anos de idade começou a derrubar as coisas e cair sempre. Então, a mãe levou-a ao hospital e fez tratamento por sete anos, até receber o diagnóstico (Distrofia Muscular Cinturial). O dia a dia da aluna na escola passa por alguns obstáculos, por exemplo, em dias chuvosos a mesma não vai à escola. Além disso, ela não participa das aulas práticas de Educação Física. Ela não participa das gincanas culturais e esportivas, quando têm gincanas na escola ela falta às aulas. Apesar de tudo isso, ela também não utiliza o banheiro na escola, pois os banheiros não são adaptados. Uma vez que foi preciso utilizar, envolveu vários professores e funcionários e o pior de tudo, foi humilhante para a

própria aluna. A aluna é pesada e não tem firmeza no corpo, os funcionários tentavam segurar e não conseguiam. A situação foi constrangedora tanto para a aluna quanto para os funcionários.

Atualmente a aluna está com dezessete anos e a doença já está bem avançada, ela escuta, fala, mexe com a cabeça e consegue fazer poucos movimentos com os braços, ou seja, com as mãos. Mas, o movimento é curto, ela não consegue abrir sozinha a bolsinha de lápis, alguém precisa abrir e pegar o lápis/caneta e, ainda, colocar na mão dela. Por isso, em sala de aula a mesma conta com a ajuda dos professores e dos colegas para isso, e para pegar o lanche.

3.4- Instrumentos de Construção de Dados

Para a realização desta pesquisa foram elaborados cinco roteiros de entrevistas semi-estruturadas. Os mesmos foram construídos tendo como base a fundamentação teórica e, principalmente o Decreto 6.571/2008 (Apêndices: A, B, C, D e E). Foi elaborado um roteiro para cada segmento da escola (professores, coordenadora pedagógica e vice-diretora).

Sendo que, para os professores, coordenadora pedagógica e vice-diretora, as perguntas 1 até a 15 foram iguais. Para os professores e coordenador apenas a pergunta 16 foi específica ao segmento. E para a vice-diretora foram acrescentadas três perguntas. Sendo que, cada roteiro ficou da seguinte maneira:

- Professores: entrevista semi-estruturada com 16 perguntas;
- Coordenadora Pedagógica: entrevista semi-estruturada com 16 perguntas;
- Vice-diretora: entrevista semi-estruturada com 19 perguntas;

Para a aluna com NEE (cadeirante) e a sua mãe foram elaborados roteiros de entrevista contendo dez (10) perguntas que tinham por objetivo atender o propósito da pesquisa. Sendo um roteiro para a aluna e outro para a mãe.

3. 5 - Procedimentos de Construção de Dados

O ambiente de pesquisa foi escolhido por ser a escola onde a pesquisadora atua como professora e, também, por ser a escola polo da inclusão da rede estadual no município desde 1999. A escolha dos professores foi devido todos serem professores da turma que tem a aluna com necessidades especiais - cadeirante. A coordenadora foi escolhida por atuar no turno em que a aluna estuda e a vice-diretora por ser a pessoa responsável pelo acompanhamento das ações pedagógicas da escola.

Já, a aluna foi escolhida porque no momento é a única com necessidades especiais – cadeirante - matriculada na escola e, a sua mãe foi escolhida por estar sempre levando e buscando-a na escola.

Em novembro de 2010, a pesquisadora apresentou o projeto de pesquisa à equipe gestora da escola com o objetivo de pedir a autorização para a realização da mesma. No momento, foi explicado que, devido o caráter científico da pesquisa, o nome da escola e de todos os envolvidos na pesquisa não seriam divulgados.

A pesquisa foi realizada no período de primeiro a dezenove de março do ano em curso em uma escola pública de Alexânia, Estado de Goiás. Durante a primeira semana foi feita a entrevista semi-estruturada (Apêndice: Letras A, B e C) com os professores, com a coordenadora pedagógica e com a vice-diretora. Momento em que cada entrevistado respondeu e depois a devolveu para a pesquisadora. Foram convidados a participarem da pesquisa todos os professores da turma da aluna com necessidades especiais, no caso, doze (12). Mas, apenas seis (06) participaram respondendo a entrevistas, os demais a pegaram, mas não responderam.

Na segunda semana, realizou a entrevista com a aluna e a sua mãe. Antes, a pesquisadora reuniu-se com elas em uma sala de aula e explicou o objetivo das entrevistas. Ambas responderam as entrevistas (escritas) e devolveu-as à pesquisadora.

IV- RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa estão apresentados e discutidos por categorias de participantes, ou seja, no primeiro tópico professores, coordenadora pedagógica e vice-diretora, todos juntos. No segundo tópico, o resultado da aluna com necessidades educacionais especiais e, no terceiro tópico, o resultado da mãe da aluna e, logo, em seguida estão as conclusões gerais do estudo.

4.1- Professores, Coordenadora Pedagógica e Vice-Diretora

As três primeiras perguntas feitas aos funcionários da escola com o intuito de investigar as perspectivas e desafios à inclusão do aluno cadeirante após o Decreto 6.571/2008 foram:

- 1- **Durante a sua formação, estudou alguma disciplina sobre Educação Inclusiva?**
- 2- **Você sabe o que é deficiência física?**
- 3- **Você conhece o Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008: disposição sobre o atendimento educacional especializado?**

Por meio da análise e reflexão das respostas dos oito funcionários pesquisados, verifica-se que, dois professores não estudaram nenhuma disciplina sobre Educação Inclusiva durante a sua formação e todos sabem o que é deficiência física. Seis participantes conhecem o Decreto 6.571/2008 e apenas dois professores desconhecem.

Ao perguntar: **De que forma você contribui no processo ensino-aprendizagem do aluno com deficiência física?**

Alguns funcionários responderam que, ainda, não estão preparados para contribuir no processo ensino-aprendizagem do aluno com deficiência física. A coordenadora pedagógica afirmou *“contribuo muito pouco, não me sinto capacitada”*.

Outros professores contribuem em parte, por exemplo, *“auxiliando no manuseio do material escolar”* (professor A). *“Oferecendo ajuda assim como dar uma atenção maior buscando novas melhorais para atendê-la”* mencionou o **professor B**. O **professor C** disse, *“dando mais atenção e sempre ajudando no que for necessário”*. *“tenho apenas uma aluna com deficiência física, faço tudo para que ela se sinta a vontade em sala de aula e não se sinta diferente dos demais”* afirmou o **professor D**. O **professor E** informou que *“tenta ajudar como pode, auxiliando individualmente, questionando sobre o conteúdo explicado, perguntando se tem dúvidas...”*. O **professor F**, disse: *“contribuo pouco, faço para a aluna com deficiência física o que faço com todos, o que faço diferente é ir até a mesa dela e abrir o livro, caderno e observar se ela consegue copiar (escrever) a tarefa”*. A fala dos participantes e, principalmente a do professor F, está de acordo com as ideias de Gil, Santos e Barbato (2010, p. 263):

A escrita é uma das formas predominantes de registro e avaliação pedagógica nas escolas e nossa educação muito se baseia em aspectos grafomotores. Por isso, essa questão merece especial atenção dos professores devido a suas implicações no processo de aprendizagem das crianças.

Diante do exposto fica comprovada ainda a afirmação feita por Maciel e Raposo (2010, p.100) *“que os profissionais envolvidos com a Educação Especial busquem contribuir de forma efetiva com a construção de conhecimento que venha prover a instituição escolar de meios pedagógicos que atendam à diversidade dos alunos”*.

Foi perguntado aos funcionários **se, a escola conta com uma equipe especializada para dar suporte aos profissionais que atuam com alunos com deficiência e, se o prédio escolar foi adequado estruturalmente de modo a oferecer acessibilidade aos alunos cadeirantes.**

Os participantes de forma unânime afirmaram que, a escola não conta com uma equipe especializada para dar suporte aos profissionais que atuam com alunos com deficiência. E o prédio escolar foi adequado estruturalmente de modo a oferecer acessibilidade aos alunos cadeirantes de forma parcial no final de 2009 (recesso do

final de ano) quando foram construídas rampas nas portas de oito salas de aula, entrada interna da escola. Momento também em que construíram corredores (calçadas) ligando as salas de aula à biblioteca e ao laboratório de informática. Além disso, de um total de nove salas de aula adequaram quatro portas (portas largas) e fizeram corrimãos/barras de ferro na entrada e nos corredores que ligam as salas de aula à biblioteca e, também ao laboratório de informática.

A pesquisadora perguntou a cada um dos profissionais da escola **se, na mesma foi implantada a sala de recursos multifuncionais (ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado).**

Os participantes informaram que, a escola não conta com a sala de recursos multifuncionais (ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e matérias didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado).

Você já participou ou participa de curso de formação continuada para o atendimento educacional especializado e, na escola tem algum funcionário participando de cursos oferecidos pelo MEC para a formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva foram a 7ª e 8ª perguntas feitas aos participantes.

De todos os participantes, apenas um professor já participou e participa de curso de formação continuada para o atendimento educacional especializado. Os demais justificaram que não participou ou participa porque *“não tiveram a oportunidade”* afirmaram os professores A, C e a coordenadora pedagógica. O professor E disse que, não participa ou participou *“por falta de incentivo profissional”*, o professor D disse que, *“não tem conhecimento deste curso na cidade”* e o professor B disse que, não participa por *“falta de interesse”*.

Sete participantes não sabem dizer se na escola tem algum funcionário participando de cursos oferecidos pelo MEC para a formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva. Apenas o professor F disse que sim.

Foi perguntado aos funcionários da escola **se, o atendimento especializado educacional está integrado à proposta pedagógica da escola envolvendo participação da família e sendo realizado em articulação com as demais**

políticas públicas. Sete participantes não sabem se o atendimento especializado educacional está integrado à proposta pedagógica da escola envolvendo participação da família e sendo realizada em articulação com as demais políticas públicas, somente a coordenadora pedagógica disse que sim.

Em seguida foi perguntado:

- **A proposta pedagógica da escola está voltada ao respeito e à valorização da diversidade humana, contemplando o acesso e permanência de alunos com deficiência?**
- **A escola tem promovido ações voltadas às famílias com o intuito de favorecer a educação inclusiva? Se a resposta for SIM. De que forma?**

Três professores e a coordenadora pedagógica disseram que, a proposta pedagógica da escola está voltada ao respeito e à valorização da diversidade humana, contemplando o acesso e permanência de alunos com deficiência e três professores e a vice-diretora disseram que não.

Sete participantes disseram que a escola não tem promovido ações voltadas às famílias com o intuito de favorecer a educação inclusiva. Apenas o professor D informou que sim e, justificou dizendo que, *“através do trabalho coletivo os professores discutem esses e outros assuntos”*.

Ao perguntar: **você se sente adequadamente capacitado (a) para colaborar com a construção de uma escola inclusiva, voltada ao atendimento de qualidade a todos os alunos? E, a escola possui materiais didático-pedagógicos adequados e suficientes para a oferta do atendimento educacional especializado?** De forma unânime todos os participantes informaram que, não se sentem adequadamente capacitados (a) para colaborar com a construção de uma escola inclusiva, voltada ao atendimento de qualidade a todos os alunos. Conforme os seguintes depoimentos:

“Não. Pois nós precisamos participar de cursos para adequarmos com consciência e sabedoria para construirmos uma escola inclusiva” (Professor A);

“Não. Pois nunca tinha ouvido falar dessa inclusão na escola” (Professor C);

“Não, antes eu deveria participar de algum curso de capacitação e palestras” (Professor D);

“Não. Pois não tenho habilidade para tal função. E o governo deveria dar suporte aos profissionais para que isso acontecesse” (Professor E);

“Não, pois nunca participei de nenhum curso nesta área” (Coordenadora Pedagógica).

O professor B e a vice-diretora disseram apenas não. Além disso, os oito participantes informaram que a escola não possui materiais didático-pedagógicos adequados e suficientes para a oferta do atendimento educacional especializado. Essa situação vem comprovar a fala de Coelho (2010, p.67) “frequentemente participantes do contexto escolar, professores, diretores, alunos, pais de alunos, etc., sentem-se sozinhos e frustrados por não saber onde procurar a dinâmica educacional inclusiva”. A mesma autora afirma ainda que, “o contexto da coordenação pedagógica torna-se, assim, um espaço valioso para a continuada reflexão que possa indicar formas de enfrentamento desses problemas” (Idem).

Por último foi feita a cada professor a seguinte pergunta: **quais os principais desafios enfrentados pelo professor frente ao atendimento aos alunos com deficiência física?**

Segundo os seis professores participantes dessa pesquisa, os principais desafios enfrentados por eles frente ao atendimento aos alunos com deficiência são:

- Professor A: *“são muitos alunos, quando temos um com deficiência física fica difícil você oferecer uma atenção maior para o aluno, no caso é a disponibilidade de tempo”;*
- Professor B: *“nenhum”*
- Professor C: *“o atendimento mesmo e o acesso aos seus próprios materiais e etc...”;*
- Professor D: *“tentar criar um ambiente que possibilite que este aluno tenha as mesmas chances de vencer na vida como os outros alunos”;*
- Professor E: *“a falta de capacitação profissional e a compreensão dos alunos “normais” em relação aos deficientes físicos”;*
- Professor F; *“preparo profissional”.*

Essa mesma pergunta foi direcionada para a coordenadora pedagógica e para a vice-diretora. A coordenadora pedagógica mencionou que, os principais desafios enfrentados pela coordenação da escola frente ao atendimento aos alunos com deficiência física são os professores não serem capacitados para trabalhar com alunos com deficiência física.

A vice-diretora disse que, os principais desafios enfrentados pela equipe gestora da escola frente ao atendimento aos alunos com deficiência física são a adequação física e a ausência de recurso humano para receber os alunos.

Para a vice-diretora foram feitas três perguntas a mais. Sendo elas:

17 - A escola recebe verba destinada somente aos alunos com necessidades educacionais especiais?

18 - A Secretaria de Estado da Educação faz acompanhamento e/ou solicita informações sobre os alunos com Necessidades Educacionais Especiais matriculados na escola? Se a resposta for SIM, em que época do ano isso é feito e através de qual meio (formulário escrito ou formulário via *internet*)?

19 - Nos dois últimos anos, o MEC, por meio da Secretaria Estadual de Educação/ Secretaria Municipal de Educação/ou outros ofereceu formação continuada de professor para o atendimento educacional especializado?

Segundo a vice-diretora, a escola não recebe verba destinada somente aos alunos com necessidades educacionais especiais. Além disso, a Secretaria de Estado da Educação também não faz acompanhamento e/ou solicita informações sobre os alunos com Necessidades Educacionais Especiais matriculados na escola. A vice-diretora informa ainda que, nos dois últimos anos, o Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria Estadual de Educação/Secretaria Municipal de Educação/ou outros não ofereceu formação continuada de professor para o atendimento educacional especializado.

De acordo com a fala da vice-diretora percebe-se que, o Art. 3º do Decreto 6.571/2008 não está sendo exercido conforme a sua própria determinação, principalmente os incisos I, II, III e V. Pois, o mesmo afirma que, o Ministério da Educação prestará apoio técnico e financeiro às seguintes ações voltadas à oferta do atendimento educacional especializado, entre outras que atendam aos objetivos previstos neste Decreto como: implantação de salas de recursos multifuncionais; formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado; formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva e elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade.

4.2- Aluna com Necessidades Educacionais Especiais – Cadeirante

A aluna estuda na escola há sete anos e ela não conhece nenhuma lei, decreto ou resolução que fundamenta a educação inclusiva, principalmente no caso de sua própria deficiência. A aluna disse que, em 2010 o prédio escolar foi adequado estruturalmente com a construção de rampas nas portas das salas. Ela informou ainda que, a escola não conta com uma equipe especializada para dar suporte ao aluno e também não foi implantada a sala de recursos multifuncionais (ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado).

A aluna relatou que, as suas maiores dificuldades encontradas na sua escola são: falta de banheiros adaptados, dificuldade de se locomover para a quadra de esportes, e em sala de aula, a maior dificuldade é escrever. Nesse contexto fica comprovada a fala de Mendes (2006, p. 397) quando ela afirma que,

as mazelas da educação especial brasileira, entretanto, não se limitam à falta de acesso. Os poucos alunos que têm tido acesso não estão necessariamente recebendo uma educação apropriada, seja por falta de profissionais qualificados ou mesmo pela falta generalizada de recursos.

Foi perguntado à aluna o que tem sido feito para solucionar as dificuldades que ela apresenta. Ela informou que, professores e alunos ajudam-na com os materiais e também na hora de se locomover.

Para um futuro próximo, a aluna deseja que escola ofereça mais acessibilidade, que o banheiro seja adaptado e tenha professores especialistas. Além disso, a aluna sente feliz na escola porque ela se enturma com pessoas e professores. Essa fala comprova a afirmação de Tunes, Tacca e Bartholo (2005, *apud* BUBER, 1988) que, mencionaram que, a principal função da educação é essencialmente a de nutrir possibilidades relacionais. Para a aluna (cadeirante), *“inclusão é, ela está incluída na sociedade, é nas coisas como faculdade, concursos e os meus direitos para com o trabalho”*.

4.3- Mãe da Aluna com Necessidades Educacionais Especiais – Cadeirante

A mãe da aluna, disse que sua filha tem Distrofia Muscular Progressiva Cinturial. E ela não conhece nenhuma lei/ decreto e/ou resolução que fundamentam a educação inclusiva, principalmente no caso da deficiência de sua filha. Mas, ela disse que na escola de sua filha o prédio escolar foi adequado estruturalmente de forma parcial em 2010 com a adaptação de rampas.

Segundo a mãe da aluna, a escola onde sua filha estuda não disponibiliza de uma equipe especializada para dar suporte aos pais e também não teve a sala de recursos multifuncionais implantada. Ela disse ainda que, suas maiores dificuldades que ela encontra na escola são a ausência de rampa na entrada externa (rua) da escola e o banheiro adaptado, inclusive, disse: “minha filha entra e sai da escola sem usar o banheiro”.

Na opinião da mãe as maiores dificuldades que a família encontra no processo de inclusão de um filho com deficiência é, primeiramente, “o sofrimento sentimental, depois as dificuldades em locomover o paciente do lugar, também dificuldade para sair de casa porque a filha é muito sensível”. Para um futuro próximo a mãe da aluna deseja que o banheiro da escola seja adaptado. A mãe da aluna informou ainda que, não sabe opinar se o atendimento especializado da escola de sua filha ocorre articulado com as demais políticas públicas e também não sabe se o atendimento especializado educacional está integrado à proposta pedagógica da escola envolvendo a participação da família. Neste sentido, Dessen e Polonia (2007, p. 28) afirmam que,

as escolas deveriam investir no fortalecimento das associações de pais e mestres, no conselho escolar, dentre outros espaços de participação, de modo a propiciar a articulação da família com a comunidade, estabelecendo relações mais próximas. A adoção de estratégias que permitam aos pais acompanharem as atividades curriculares da escola, beneficiam tanto a escola quanto a família.

Considerando os resultados obtidos com os depoimentos dos funcionários da escola, da aluna e de sua mãe observa-se que, a escola não conta com a sala de

recursos multifuncionais. A aluna relatou que, “*e em sala de aula, uma de suas maiores dificuldades é escrever*”. Por isso, percebe-se a importância de fazer adaptações que facilitam a escrita manual. Pois, “uma fraqueza muscular pode, por exemplo, ser compensada com o uso de uma caneta de cabo engrossado ou uma caneta de tinta gel que minimiza o esforço requerido pela criança para vencer o atrito da caneta no papel” (GIL, SANTOS e BARBATO, 2010, p. 264)

Quase todos os participantes afirmaram que, não sabem se o atendimento especializado educacional está integrado à proposta pedagógica da escola envolvendo participação da família e sendo realizada em articulação com as demais políticas públicas, somente a coordenadora pedagógica afirmou que sim. Essa resposta contradiz o que está determinado no 2º parágrafo do Art. 1º do Decreto 6.571/2008. Pois, o mesmo informa que, o atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

Analisando as respostas dos dez participantes observa-se que, por enquanto foi realizada na escola, mesmo que de forma parcial, a ação que está prevista no art. 3º do Decreto/2008, inciso IV - adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade conforme as ilustrações a seguir.



Ilustração1- Vista parcial da rampa na entrada da escola campo (pesquisa)
Fonte: Arquivo Particular do Professor F (participante da pesquisa)

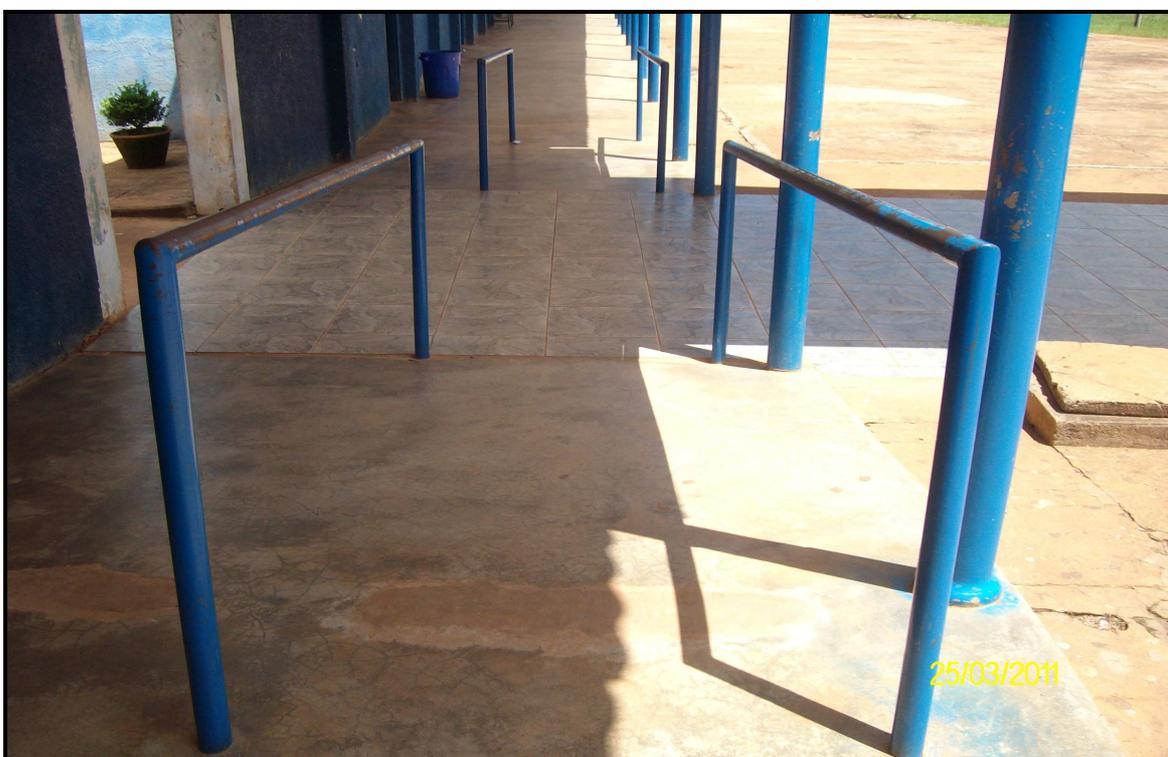


Ilustração 2 - Vista parcial dos corrimãos na entrada da escola campo (pesquisa)
Fonte: Arquivo Particular do Professor F (participante da pesquisa)



Ilustração 3 - Vista parcial da rampa na porta (adaptada) das salas de aula da escola campo
Fonte: Arquivo Particular do Professor F (participante da pesquisa)

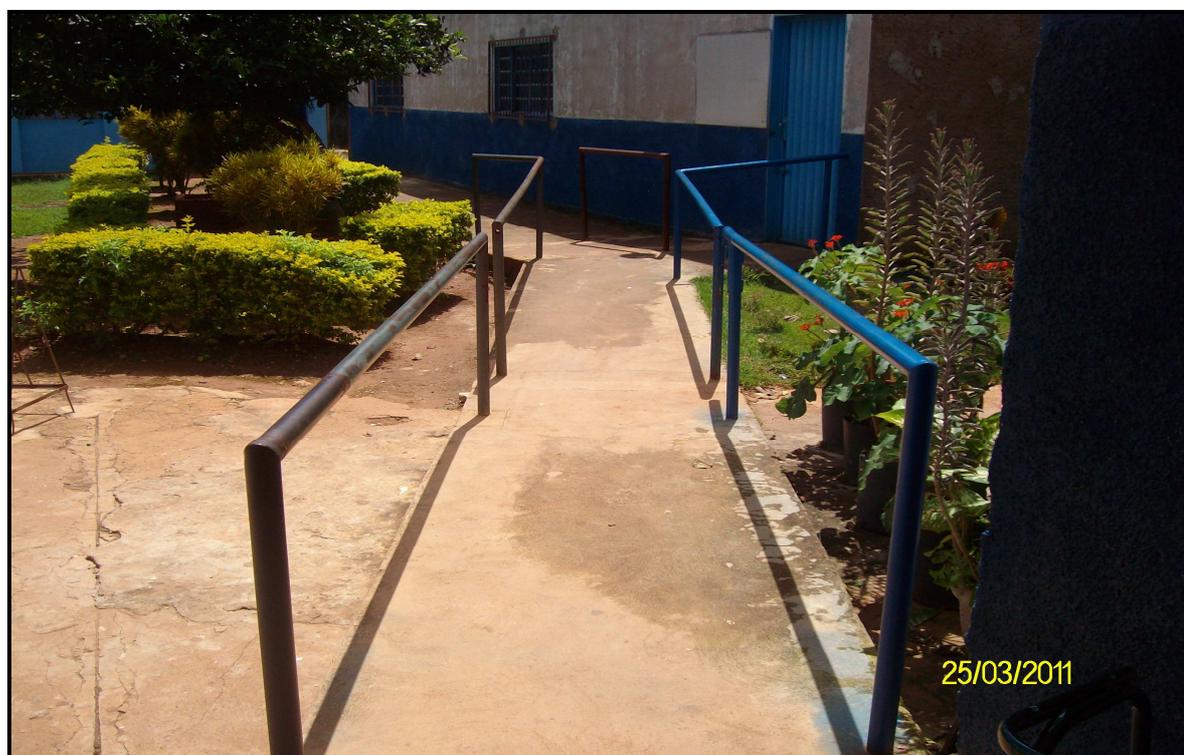


Ilustração 4- calçada e corrimãos dando acesso à biblioteca e ao laboratório de informática da escola
Fonte: Arquivo Particular do Professor F (participante da pesquisa)

V- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa refletiu alguns conceitos sobre o que vem a ser educação inclusiva. Os objetivos propostos foram alcançados e por meio deles foi possível verificar como está ocorrendo o processo de inclusão de alunos cadeirantes em uma escola pública regular do município de Alexânia, estado de Goiás após o Decreto 6.571/2008. Ao desenvolver esta pesquisa a única dificuldade surgida foi quanto ao trabalho de campo - aplicação da entrevista, pois alguns professores mostravam-se chateados em ter que colaborar com informações. E, inclusive de um total de doze professores que receberam o roteiro da entrevista, apenas seis contribuíram. Porém, as dificuldades encontradas não impediram a realização da mesma.

Os resultados da pesquisa apontam que após o Decreto nº 6.571/2008 houve alguns avanços. Na escola pesquisada no final de 2009 foram construídas rampas na entrada da escola, corredores que dão acesso as salas de aula, biblioteca e ao laboratório de informática. Foram construídos também corrimãos na entrada e nas calçadas que liga as salas de aula à biblioteca e ao laboratório de informática. E tem um professor participando da formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado. E, os principais desafios continuam sendo:

- A ausência da integração do atendimento educacional especializado a proposta pedagógica da escola, envolvendo a participação da família e sendo realizado com as demais políticas públicas;
- A implantação de salas de recursos multifuncionais;
- A formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado;
- A formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva.
- A adequação arquitetônica de todas as dependências escolares para a acessibilidade;
- O acompanhamento e o monitoramento realizado pelo Ministério da Educação (MEC) do acesso à escola por parte dos beneficiários do benefício

de prestação continuada, em colaboração com os Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República;

Após investigar as perspectivas e desafios frente à Inclusão de alunos cadeirantes, vale enfatizar ainda que, a aluna e sua mãe sentiram-se valorizadas em poder dar opiniões e sugestões sobre a deficiência com a qual elas convivem. A mãe agradeceu em poder participar da pesquisa. Os avanços obtidos com a realização da mesma foram grandiosos. Aprendi muito ao ler cada uma das obras utilizadas para construir a fundamentação teórica, ao desenvolver cada capítulo da pesquisa e, principalmente, com o resultado final. A minha aflição era verificar como estava/está ocorrendo o processo de inclusão de alunos cadeirantes na escola em que trabalho. E com a finalização desta pesquisa, percebe-se que minha aflição ainda continua. Pois, agora sei o que está faltando de fato na escola para que a inclusão ocorra de forma satisfatória.

Além disso, este trabalho irá servir de suporte para a equipe gestora, os funcionários e comunidade escolar proporem soluções para promover um atendimento especializado de forma satisfatória. O mesmo poderá ainda, entusiasmar os pesquisadores em relação ao assunto, o qual poderá ser desdobrado em temas como: “O papel dos pais frente a inclusão de alunos cadeirantes”; “O papel da equipe gestora frente ao atendimento especializado satisfatório”; “Alunos cadeirantes na escola: Inclusão ou exclusão?” entre outros temas.

REFERÊNCIAS

AMORIN, Celso Luiz Nunes. *Mensagem n.711. Senhores Membros do Congresso Nacional (26/09/2007): encaminhamento da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007*. Brasília. 2007.

_____. *Mensagem: Excelentíssimo Senhor da Presidente da República (26/09/2007): encaminhamento da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007*. Brasília. 2007.

ANGELUCCI, Carla Biancha. *Uma Inclusão Nada Especial: Apropriação da política de inclusão de pessoas com necessidades especiais na rede pública de educação fundamental do Estado de São Paulo*. Tese de Mestrado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2002.

BONI, Valdete; QUARESMA, Silva Jurema. *Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais*. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2 nº 1 (3), jan-jul/2005, p. 68-80. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/50708735/8-Metodologia-do-Trabalho-Cientifico-e-Orientacao-de-TCC-do-a-Entrevistar>>. Acesso em 28 fev 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9394, de 20 de dezembro de 1996*.

_____. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010. *Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica*. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de julho de 2010, Seção 1, p. 824.

BRASIL. Decreto Nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. *Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamente o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007*. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, nº 181, Seção 1.

BRASIL, Decreto Legislativo n. 186, de 07 de julho de 2009. *Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007*. Disponível em <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/99423>>. Acesso em 20 jan 2011 às 10:50

BRASIL, Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. *Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007*. Disponível em

<[http://www .planalto .gov. br/c civi l 0 3/ ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/civili03/ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)>.
Acesso em 20 jan 2011 às 10:34

CARVALHO, Erenice Natalia Soares. *Políticas Educacionais e fundamentos legais de atenção à pessoa com necessidades educacionais especiais*. (Webconferência). 2010. Disponível em <http://webconf.mp.br/p71622937>>. Acesso em 21 agos 2010 às 19:30

COELHO, Cristina M. Madeira. *Capítulo 2: Inclusão Escolar*. In: MACIEL, Diva Albuquerque; BARBATO, Silviane. *Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar*. Brasília, ed. UnB, 2010, p. 55-72.

COSTA NETO, Antônio da. *Paradigmas em Educação no novo milênio*. 1ª ed. Goiânia. Ed. Kelps, 2002.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em [http://portal .mj.gov.br/sedh/ct/legis intern/ddh bib inter universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legisintern/ddh_bib_inter_universal.htm). Acesso em 28 fev 2011 às 11:06

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. *A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano*. Paidéia (Ribeirão Preto). vol. 17. n. 36, abr. 2007. p. 21-32 . ISSN 0103-863X Disponível em <[http://www.scielo .br/scielo .php? script=sciarttext &pid = S 0103-863X 200 70001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0103-863X20070001) >. Acesso: em 13 março 2010.

GIL, Ingrid Lapa de Camillis; SANTOS, Paulo França; BARBATO, Silviane. Capítulo 13: *O aluno com deficiência física na escola*. In: MACIEL, Diva Albuquerque; BARBATO, Silviane. *Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar*. Brasília, ed. UnB, 2010, p. 259-268.

_____. Capítulo 14: *Interface entre a Pedagogia e a Psicologia Escolar*. In: MACIEL, Diva Albuquerque; BARBATO, Silviane. *Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar*. Brasília, ed. UnB, 2010, p. 269-276

GOIÁS, Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Ensino Fundamental. *Reorientação Curricular do 6º ao 9º ano*. Currículo em debate, Caderno 1. Goiânia: 2005

KELMAN, Celeste Azulay. Capítulo 1: *Sociedade, educação e cultura*. In: MACIEL, Diva Albuquerque; BARBATO, Silviane. *Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar*. Brasília, ed. UnB, 2010, p. 11-54.

MACIEL, Diva Albuquerque; RAPOSO, Mírian Barbosa Tavares. *Capítulo 3: Metodologia e construção do conhecimento: contribuições para o estudo da inclusão*. In: MACIEL, Diva Albuquerque; BARBATO, Silviane. *Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar*. Brasília, ed. UnB, 2010, p. 73-102.

MENDES, Enicéia Gonçalves. *A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil*. Ver. Bras. Educ. (On-line). 2006. Vol 11, N. 33 set/dez. pp. 387-405.

PIGNATA, Maria Izabel Barnez. *Elaboração de Projetos de Monografia*. In: Especialização em Metodologia do Ensino Fundamental: Vol. 1. Módulos: 1 e 2. Goiânia: CEGRAF/UFG, 2008, cap.3, p.127-147.

PURIFICAÇÃO, Silene Bueno de Godoy; SOUZA, Rosemary Gomes de; MELO, Valdice Barros. *O direito das pessoas portadoras de deficiência* In: IV Simpósio Internacional de Ciências Integradas da UNAERP Campos Guarujá. p. 11 (Apresentação Oral). s/d. São Paulo. Disponível em http://www.umaerp.br/sici/index.php/pt/edicoes-anteriores/doc_view/14-o-direito-das-pessoas-portadoras-de-deficiencia?tmpl=component&format=raw. Acesso em 01 fev 2011 às 15:07

Resolução CNE/CEB 4/2010. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de julho de 2010, Seção 1, p. 824.

RODRIGUES, Edvânia Braz Teixeira. *Fundamentos Teórico-práticos da Educação* In: Especialização em Metodologia do Ensino Fundamental: Vol. 1. Módulos: 1 e 2. Goiânia: CEGRAF/UFG, 2008, cap.1, p.7-36.

SCHIRMER, Carolina R et. al. *Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Física*. SEESP / SEED / MEC Brasília/DF – 2007

SILVA, Daniele Nunes Henrique; RIBEIRO, Julia Cristina Coelho; MIETO, Gabriela. Capítulo 10: *O aluno com deficiência intelectual na sala de aula: considerações da perspectiva histórico-cultural*. In: MACIEL, Diva Albuquerque; BARBATO, Silviane. *Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar*. Brasília, ed. UnB, 2010, p. 205-220.

TUNES, Elizabeth; TACCA, Maria Carmen V. R; BARTHOLO, Roberto Santos Júnior. *O professor e o ato de ensinar*. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n.126, set/dez.2005.

APÊNDICES

A – Roteiro de entrevista aplicada aos professores

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PÓLO UNIVERSITÁRIO CORA CORALINA
ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO E
INCLUSÃO ESCOLAR

Cursista: Divina Pereira Primo
Orientadora: Riane Natália Soares Vasconcelos.

Gostaria que você colaborasse respondendo esta entrevista. Quero ressaltar que não existem respostas certas e nem erradas, portanto, é muito importante que você responda com sinceridade todas as perguntas. **Não deixe nenhuma em branco.** Suas respostas são confidenciais e serão mantidas em absoluto sigilo, preservando sua identidade.

Monografia: INCLUSÃO DE ALUNOS CADEIRANTES: PERSPECTIVAS E
DESAFIOS APÓS O DECRETO 6.571/ 2008

I- IDENTIFICAÇÃO

- 1) Idade _____ 2) Sexo () Masculino () Feminino
3) Profissão _____ 4) Escolaridade _____
4) Tempo de Profissão _____

II - Perguntas

- 1) Durante a sua formação, estudou alguma disciplina sobre Educação Inclusiva?
() Sim () Não
- 2) Você sabe o que é deficiência física?
() Sim () Não
- 3) Você conhece o Decreto Nº 6.571, de 17 de setembro de 2008: disposição sobre o atendimento educacional especializado?
() Sim () Não
- 4) De que forma você contribui no processo ensino-aprendizagem do aluno com deficiência física?
- 5) A escola conta com uma equipe especializada para dar suporte aos profissionais que atuam com alunos com deficiência?
() Sim () Não
- 6) O prédio escolar foi adequado estruturalmente de modo a oferecer acessibilidade aos alunos cadeirantes?
() Sim () Não () De forma parcial

Observação: Se você respondeu SIM ou **DE FORMA PARCIAL**, você lembra quando isso ocorreu? Você é capaz de citar o que foi adequado?

7) Na escola onde você trabalha foi implantada a sala de recursos multifuncionais (ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado)?

Sim Não

8) Você já participou ou participa de curso de formação continuada para o atendimento educacional especializado?

Sim Não Se a resposta for **Não**. Justifique o motivo:

9) Na escola tem algum funcionário participando de cursos oferecidos pelo MEC para a formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva?

Sim Não Não sei dizer

10) O atendimento especializado educacional está integrado a proposta pedagógica da escola envolvendo participação da família e sendo realizado em articulação com as demais políticas públicas.

Sim Não Não sei opinar

11) A proposta pedagógica da escola está voltada ao respeito e à valorização da diversidade humana, contemplando o acesso e permanência de alunos com deficiência?

Sim Não

12) A escola tem promovido ações voltadas às famílias com o intuito de favorecer a educação inclusiva?

Sim Não. Se a resposta for **SIM**. De que forma?

13) Você se sente adequadamente capacitado (a) para colaborar com a construção de uma escola inclusiva, voltada ao atendimento de qualidade a todos os alunos?

14) A escola possui materiais didático-pedagógicos adequados e suficientes para a oferta do atendimento educacional especializado?

Sim Não . Se a resposta for **SIM**. Cite-os:

Caso a resposta da questão 14 tenha sido SIM, responda a questão 15.

15) Os materiais estão sendo utilizados? Justifique.

16) Quais os principais desafios enfrentados pelo professor frente ao atendimento aos alunos com deficiência física?

Obrigada pela participação!
Divina Pereira Primo

B – Roteiro de entrevista aplicada a Coordenadora Pedagógica

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PÓLO UNIVERSITÁRIO CORA CORALINA
ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO E
INCLUSÃO ESCOLAR

Cursista: Divina Pereira Primo
Orientadora: Riane Natália Soares Vasconcelos.

Gostaria que você colaborasse respondendo esta entrevista. Quero ressaltar que não existem respostas certas e nem erradas, portanto, é muito importante que você responda com sinceridade todas as perguntas. **Não deixe nenhuma em branco.** Suas respostas são confidenciais e serão mantidas em absoluto sigilo, preservando sua identidade.

**Monografia: INCLUSÃO DE ALUNOS CADEIRANTES: PERSPECTIVAS E
DESAFIOS APÓS O DECRETO 6.571/ 2008**

I- IDENTIFICAÇÃO

- 1) Idade _____ 2) Sexo () Masculino () Feminino
3) Profissão _____ 4) Escolaridade _____
4) Tempo de Profissão _____

II - Perguntas

- 1) Durante a sua formação, estudou alguma disciplina sobre Educação Inclusiva?
() Sim () Não
- 2) Você sabe o que é deficiência física?
() Sim () Não
- 3) Você conhece o Decreto Nº 6.571, de 17 de setembro de 2008: disposição sobre o atendimento educacional especializado?
() Sim () Não
- 4) De que forma você contribui no processo ensino-aprendizagem do aluno do com deficiência física?
- 5) A escola conta com uma equipe especializada para dar suporte profissionais que atuam com alunos com deficiência?
() Sim () Não
- 6) O prédio escolar foi adequado estruturalmente de modo a oferecer acessibilidade aos alunos cadeirantes?
() Sim () Não () De forma parcial
- Observação:** Se você respondeu SIM ou **DE FORMA PARCIAL**, você lembra quando isso ocorreu? Você é capaz de citar o que foi adequado?

7) Na escola onde você trabalha foi implantada a sala de recursos multifuncionais (ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado)?

Sim Não

8) Você já participou ou participa de curso de formação continuada para o atendimento educacional especializado?

Sim Não. Se a resposta for **Não**. Justifique o motivo:

9) Na escola tem algum funcionário participando de cursos oferecidos pelo MEC para a formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva?

Sim Não Não sei dizer

10) O atendimento especializado educacional está integrado à proposta pedagógica da escola envolvendo a participação da família e sendo realizado em articulação com as demais políticas públicas?

Sim Não Não sei opinar

11) A proposta pedagógica da escola está voltada ao respeito e à valorização da diversidade humana, contemplando o acesso e permanência de alunos com deficiência?

Sim Não

12) A escola tem promovido ações voltadas às famílias com o intuito de favorecer a educação inclusiva?

Sim Não. Se a resposta for **SIM**. De que forma?

13) Você se sente adequadamente capacitado(a) para colaborar com a construção de uma escola inclusiva, voltada ao atendimento de qualidade a todos os alunos?

14) A escola possui materiais didático -pedagógicos adequados e suficientes para a oferta do atendimento educacional especializado?

Sim Não . Se a resposta for **SIM**. Cite-os:

Caso a resposta da questão 14 tenha sido SIM, responda a questão 15.

15) Os materiais estão sendo utilizados? Justifique.

16) Quais os principais desafios enfrentados pela Coordenação da escola frente ao atendimento aos alunos com deficiência física?

Obrigada pela participação!
Divina Pereira Primo

C – Roteiro de entrevista aplicada a vice-diretora

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PÓLO UNIVERSITÁRIO CORA CORALINA
ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO
ESCOLAR

Cursista: Divina Pereira Primo
Orientadora: Riane Natália Soares Vasconcelos.

Gostaria que você colaborasse respondendo esta entrevista. Quero ressaltar que não existem respostas certas e nem erradas, portanto, é muito importante que você responda com sinceridade todas as perguntas. **Não deixe nenhuma em branco.** Suas respostas são confidenciais e serão mantidas em absoluto sigilo, preservando sua identidade.

**Monografia: INCLUSÃO DE ALUNOS CADEIRANTES: PERSPECTIVAS E
DESAFIOS APÓS O DECRETO 6.571/ 2008**

I- IDENTIFICAÇÃO

- 1) Idade _____ 2) Sexo () Masculino () Feminino
3) Profissão _____ 4) Escolaridade _____
4) Tempo de Profissão _____

II - Perguntas

- 1) Durante a sua formação, estudou alguma disciplina sobre Educação Inclusiva?
() Sim () Não
- 2) Você sabe o que é deficiência física?
() Sim () Não
- 3) Você conhece o Decreto Nº 6.571, de 17 de setembro de 2008: disposição sobre o atendimento educacional especializado?
() Sim () Não
- 4) De que forma você contribui no processo ensino-aprendizagem do aluno do com deficiência física?
- 5) A escola conta com uma equipe especializada para dar suporte aos profissionais que atuam com alunos com deficiência?
() Sim () Não
- 6) O prédio escolar foi adequado estruturalmente de modo a oferecer acessibilidade aos alunos cadeirantes?
() Sim () Não () De forma parcial
- Observação:** Se você respondeu SIM ou **DE FORMA PARCIAL**, você lembra quando isso ocorreu? Você é capaz de citar o que foi adequado?
- 7) Na escola onde você trabalha foi implantada a sala de recursos multifuncionais (ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado)?
() Sim () Não

8) Você já participou ou participa de curso de formação continuada para o atendimento educacional especializado?

Sim Não

9) Na escola tem algum funcionário participando de cursos oferecidos pelo MEC para a formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva?

Sim Não Não sei dizer

10) O atendimento especializado educacional está integrado à proposta pedagógica da escola envolvendo a participação da família e sendo realizado em articulação com as demais políticas públicas?

Sim Não Não sei opinar

11) A proposta pedagógica da escola está voltada ao respeito e à valorização da diversidade humana, contemplando o acesso e permanência de alunos com deficiência?

Sim Não

12) A escola tem promovido ações voltadas às famílias com o intuito de favorecer a educação inclusiva?

Sim Não. Se a resposta for **SIM**. De que forma?

13) Você se sente adequadamente capacitado(a) para colaborar com a construção de uma escola inclusiva, voltada ao atendimento de qualidade a todos os alunos?

14) A escola possui materiais didático -pedagógicos adequados e suficientes para a oferta do atendimento educacional especializado?

Sim Não . Se a resposta for **SIM**. Cite-os:

Caso a resposta da questão 14 tenha sido SIM, responda a questão 15.

15) Os materiais estão sendo utilizados? Justifique.

16) Quais os principais desafios enfrentados pela equipe gestora da escola frente ao atendimento aos alunos com deficiência física?

17) A escola recebe verba destinada somente aos alunos com necessidades educacionais especiais?

18) A Secretaria de Estado da Educação faz acompanhamento e/ou solicita informações sobre os alunos com Necessidades Educacionais Especiais matriculados na escola?

Sim Não . Se a resposta for **SIM**, em que época do ano isso é feito e através de qual meio (formulário escrito ou formulário via internet)?

19) Nos dois últimos anos, o MEC, por meio da Secretaria Estadual de Educação/ Secretaria Municipal de Educação/ou outros ofereceu formação continuada de professor para o atendimento educacional especializado?

Sim Não Não sabe opinar. Se a resposta for **Sim**, qual foi o meio de divulgação?

Obrigada pela participação!
Divina Pereira Primo

D – Roteiro de entrevista aplicada a aluna com necessidades especiais

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PÓLO UNIVERSITÁRIO CORA CORALINA
ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO E
INCLUSÃO ESCOLAR

Cursista: Divina Pereira Primo
Orientadora: Riane Natália Soares Vasconcelos.

Gostaria que você colaborasse respondendo esta entrevista. Quero ressaltar que não existem respostas certas e nem erradas, portanto, é muito importante que você responda com sinceridade todas as perguntas. **Não deixe nenhuma em branco.** Suas respostas são confidenciais e serão mantidas em absoluto sigilo, preservando sua identidade.

**Monografia: INCLUSÃO DE ALUNOS CADEIRANTES: PERSPECTIVAS E
DESAFIOS APÓS O DECRETO 6.571/2008**

I- IDENTIFICAÇÃO

1) Idade _____ 2) Sexo () Masculino () Feminino
3) Ano/Série _____ 4) Curso: _____

II - Perguntas

- 1) Há quanto tempo você estuda nesta escola?
- 2) Você conhece alguma(s) lei(s), decreto(s), resolução (ões) que fundamentam a educação inclusiva, principalmente no caso de sua deficiência?
() Sim () Não
- 3) Desde que você estuda aqui, o prédio escolar continua do mesmo jeito ou foi adequado estruturalmente?
() Sim () Não () de forma parcial.
Observação: Se você respondeu SIM ou **DE FORMA PARCIAL**, você lembra quando isso ocorreu? Você é capaz de citar o que foi adequado?
- 4) A escola onde você estuda disponibiliza de uma equipe especializada para dar suporte ao aluno?
() Sim () Não () Não sabe opinar
- 5) Na escola onde você estuda foi implantada a sala de recursos multifuncionais (ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado)?
() Sim () Não

6) Quais são suas maiores dificuldades encontradas na sua escola e, principalmente, na sala de aula?

7) O que tem sido feito para solucionar as dificuldades que você apresenta?

8) Para um futuro próximo, o que você deseja que seja feito na escola de forma geral?

9) Você se sente feliz na escola?

10) Para você, o que é inclusão?

Obrigada pela participação!
Divina Pereira Primo

E – Roteiro de entrevista aplicada a Mãe da Aluna

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PÓLO UNIVERSITÁRIO CORA CORALINA
ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO E
INCLUSÃO ESCOLAR

Cursista: Divina Pereira Primo
Orientadora: Riane Natália Soares Vasconcelos.

Gostaria que você colaborasse respondendo esta entrevista. Quero ressaltar que não existem respostas certas e nem erradas, portanto, é muito importante que você responda com sinceridade todas as perguntas. **Não deixe nenhuma em branco.** Suas respostas são confidenciais e serão mantidas em absoluto sigilo, preservando sua identidade.

Monografia: INCLUSÃO DE ALUNOS CADEIRANTES: PERSPECTIVAS E
DESAFIOS APÓS O DECRETO 6.571/2008

I- IDENTIFICAÇÃO

- 1) Idade _____ 2) Sexo Masculino Feminino
3) Profissão _____ 4) Escolaridade _____

II - Perguntas

1) Que tipo de Deficiência Física seu/sua filho (a) possui?

2) Você conhece alguma(s) lei(s), decreto(s), resolução (ões) que fundamentam a educação inclusiva, principalmente no caso da deficiência de seu/sua filho(a)?

Sim Não

3) Desde que seu/sua filho(a) estuda aqui, o prédio escolar continua do mesmo jeito ou foi adequado estruturalmente?

Sim Não de forma parcial.

OBSERVAÇÃO: Se você respondeu **SIM** ou **DE FORMA PARCIAL**, você lembra quando isso ocorreu? Você é capaz de citar o que foi adequado?

4) A escola onde seu/sua filho(a) estuda disponibiliza uma equipe especializada para dar suporte aos pais?

Sim Não Não sabe opinar

5) Na escola onde seu/sua filho(a) estuda foi implantada a sala de recursos multifuncionais (ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado)?

Sim Não

6) Quais são as maiores dificuldades que você encontra na escola de seu/sua filho(a)?

7) Na sua opinião, quais são as maiores dificuldades que a família encontra no processo de inclusão de um filho com deficiência?

8) Para um futuro próximo, o que você deseja que seja feito na escola de forma geral?

9) Você sabe se o atendimento especializado da escola de seu/sua filho(a) ocorre articulado com as demais políticas públicas?

Sim Não Não sabe opinar

10) Na escola onde seu/sua filho(a) estuda o atendimento especializado educacional está integrado a proposta pedagógica da escola envolvendo a participação da família?

Sim Não Não sabe opinar

Obrigada pela participação!
Divina Pereira Primo

ANEXOS

A – DECRETO Nº 6.571/ 2008



DECRETO Nº 6.571, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008

Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, e tendo em vista o disposto no art. 208, inciso III, ambos da Constituição, no art. 60, parágrafo único, da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no art. 9o, § 2o, da Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007, **D E C R E T A** :

Art. 1o A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

§ 1º Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.

§ 2o O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

Art. 2o São objetivos do atendimento educacional especializado:

- I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos referidos no art. 1º;
- II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e
- IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino.

Art. 3o O Ministério da Educação prestará apoio técnico e financeiro às seguintes ações voltadas à oferta do atendimento educacional especializado, entre outras que atendam aos objetivos previstos neste Decreto:

- I - implantação de salas de recursos multifuncionais;
- II - formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado;
- III - formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva;
- IV - adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade;
- V - elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade; e

VI - estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior.

§ 1o As salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado.

§ 2o A produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade incluem livros didáticos e paradidáticos em braile, áudio e Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, laptops com sintetizador de voz, softwares para comunicação alternativa e outras *ajudas técnicas que possibilitam o acesso ao currículo*.

§ 3o Os núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de alunos com deficiência.

Art. 4o O Ministério da Educação disciplinará os requisitos, as condições de participação e os procedimentos para apresentação de demandas para apoio técnico e financeiro direcionado ao atendimento educacional especializado.

Art. 5o Sem prejuízo do disposto no art. 3o, o Ministério da Educação realizará o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola por parte dos beneficiários do benefício de prestação continuada, em colaboração com os Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Art. 6o O Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007, passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

Atos do Poder Executivo

"Art. 9o-A. Admitir-se-á, a partir de 1o de janeiro de 2010, para efeito da distribuição dos recursos do FUNDEB, o cômputo das matrículas dos alunos da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular.

Parágrafo único. *O atendimento educacional especializado poderá ser oferecido pelos sistemas públicos de ensino ou pelas instituições mencionadas no art. 14.*"
(NR)

Art. 7o As despesas decorrentes da execução das disposições constantes deste Decreto correrão por conta das dotações próprias consignadas ao Ministério da Educação.

Art. 8o Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 17 de setembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad

B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor (a) Professor (a),

Estou desenvolvendo uma pesquisa, intitulada “**A Inclusão de Alunos Cadeirantes: Perspectivas e desafios após o Decreto 6.571/2008**”, tendo como o objetivo geral: **Investigar as perspectivas e desafios à inclusão do aluno cadeirante após o Decreto 6.571/2008** através da constituição de um embasamento teórico sobre Deficiência Física, a Trajetória de Inclusão de Pessoas Deficientes no Brasil e no Mundo, a importância da Educação Inclusiva no contexto Educacional Atual, o papel da escola e da família no desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais (ANEE).

Por você fazer parte do corpo docente da turma em que, a aluna com necessidades especiais - cadeirante - da escola está matriculada gostaria de convidá-la a colaborar com esta pesquisa, respondendo a entrevista a seguir, a qual contempla questões acerca da sua formação profissional, prática pedagógica e sobre a estrutura (recursos de acessibilidade e pedagógicos) da escola.

Cabe ressaltar que as informações obtidas através da entrevista serão analisadas coletivamente, sendo que a identidade da instituição e d@s entrevistad@s serão preservadas integralmente. O resultado final da pesquisa será apresentado ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, da Faculdade UAB/UNB - Pólo de Alexânia sob a orientação da Professora Mestre Riane Natália Soares Vasconcelos no dia 16/04/2011.

A qualquer momento, você pode entrar em contato com a pesquisadora, Professora Espec. Divina Pereira Primo, através de o endereço eletrônico explicitado a seguir.

Divina Pereira Primo
divina.alexania@gmail.com
(62) 9209-2844

Alexânia-Go, __ de março de 2011

Ass. d@ participante

Ass. da testemunha

Ass. da pesquisadora

C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhora Coordenadora,

Estou desenvolvendo uma pesquisa, intitulada “**A Inclusão de Alunos Cadeirantes: Perspectivas e desafios após o Decreto 6.571/2008**”, tendo como o objetivo geral: **Investigar as perspectivas e desafios à inclusão do aluno cadeirante após o Decreto 6.571/2008** através da constituição de um embasamento teórico sobre Deficiência Física, a Trajetória de Inclusão de Pessoas Deficientes no Brasil e no Mundo, a importância da Educação Inclusiva no contexto Educacional Atual, o papel da escola e da família no desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais (ANEE).

Por você ser a coordenadora pedagógica da escola no turno da turma em que, a aluna com necessidades especiais - cadeirante - está matriculada gostaria de convidá-la a colaborar com esta pesquisa, respondendo a entrevista a seguir, a qual contempla questões acerca da sua formação profissional, prática pedagógica e sobre a estrutura (recursos de acessibilidade e pedagógicos) da escola.

Cabe ressaltar que as informações obtidas através da entrevista serão analisadas coletivamente, sendo que a identidade da instituição e d@s entrevistad@s serão preservadas integralmente. O resultado final da pesquisa será apresentado ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, da Faculdade UAB/UNB - Pólo de Alexânia sob a orientação da Professora Mestre Riane Natália Soares Vasconcelos no dia 16/04/2011.

A qualquer momento, você pode entrar em contato com a pesquisadora, Professora Espec. Divina Pereira Primo, através de o endereço eletrônico explicitado a seguir.

Divina Pereira Primo
divina.alexania@gmail.com
(62) 9209-2844

Alexânia-Go, __ de março de 2011

Ass. d@ participante

Ass. da testemunha

Ass. da pesquisadora

D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhora vice-diretora,

Estou desenvolvendo uma pesquisa, intitulada **“A Inclusão de Alunos Cadeirantes: Perspectivas e desafios após o Decreto 6.571/2008”**, tendo como o objetivo geral: **Investigar as perspectivas e desafios à inclusão do aluno cadeirante após o Decreto 6.571/2008** através da constituição de um embasamento teórico sobre Deficiência Física, a Trajetória de Inclusão de Pessoas Deficientes no Brasil e no Mundo, a importância da Educação Inclusiva no contexto Educacional Atual, o papel da escola e da família no desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais (ANEE).

Por você fazer parte da equipe gestora da escola em que, a aluna com necessidades especiais - cadeirante - está matriculada gostaria de convidá-la a colaborar com esta pesquisa, respondendo a entrevista a seguir, a qual contempla questões acerca da sua formação profissional, prática pedagógica e sobre a estrutura (recursos de acessibilidade e pedagógicos) da escola.

Cabe ressaltar que as informações obtidas através da entrevista serão analisadas coletivamente, sendo que a identidade da instituição e d@s entrevistad@s serão preservadas integralmente. O resultado final da pesquisa será apresentado ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, da Faculdade UAB/UNB - Pólo de Alexânia sob a orientação da Professora Mestre Riane Natália Soares Vasconcelos no dia 16/04/2011.

A qualquer momento, você pode entrar em contato com a pesquisadora, Professora Espec. Divina Pereira Primo, através de o endereço eletrônico explicitado a seguir.

Divina Pereira Primo
divina.alexania@gmail.com
(62) 9209-2844

Alexânia-Go, ___ de março de 2011

Ass. d@ participante

Ass. da testemunha

Ass. da pesquisadora

E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhora responsável da aluna (...),

Estou desenvolvendo uma pesquisa, intitulada “**A Inclusão de Alunos Cadeirantes: Perspectivas e desafios após o Decreto 6.571/2008**”, tendo como o objetivo geral: **Investigar as perspectivas e desafios à inclusão do aluno cadeirante após o Decreto 6.571/2008** através da constituição de um embasamento teórico sobre Deficiência Física, a Trajetória de Inclusão de Pessoas Deficientes no Brasil e no Mundo, a importância da Educação Inclusiva no contexto Educacional Atual, o papel da escola e da família no desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais (ANEE).

Por você ser a responsável (mãe) da única aluna cadeirante da escola, no momento, gostaria de convidá-la a colaborar com esta pesquisa, respondendo a entrevista a seguir, a qual contempla questões acerca da vida acadêmica de sua filha, a respeito da estrutura (recursos de acessibilidade e pedagógicos) da escola e sobre as perspectivas e desafios da educação inclusiva no momento.

Cabe ressaltar que as informações obtidas através da entrevista serão analisadas coletivamente, sendo que a identidade da instituição e d@s entrevistad@s serão preservadas integralmente. O resultado final da pesquisa será apresentado ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, da Faculdade UAB/UNB - Pólo de Alexânia sob a orientação da Professora Mestre Riane Natália Soares Vasconcelos.

A qualquer momento, você pode entrar em contato com a pesquisadora, Professora Espec. Divina Pereira Primo, através de o endereço eletrônico explicitado a seguir.

Divina Pereira Primo
divina.alexania@gmail.com
(62) 9209-2844

Alexânia-Go, __ de março de 2011

Ass. d@ participante

Ass. da testemunha

Ass. da pesquisadora

F - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhorita Aluna,

Estou desenvolvendo uma pesquisa, intitulada “A Inclusão de Alunos Cadeirantes: Perspectivas e desafios após o Decreto 6.571/2008, tendo como o objetivo geral: **Investigar as perspectivas e desafios à inclusão do aluno cadeirante após o Decreto 6.571/2008** através da constituição de um embasamento teórico sobre Deficiência Física, a Trajetória de Inclusão de Pessoas Deficientes no Brasil e no Mundo, a importância da Educação Inclusiva no contexto Educacional Atual, o papel da escola e da família no desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais (ANEE).

Por você ser a única aluna cadeirante da escola, no momento, gostaria de convidá-la a colaborar com esta pesquisa, respondendo a entrevista a seguir, a qual contempla questões acerca da sua vida escolar, a respeito da estrutura (recursos de acessibilidade e pedagógicos) da escola e sobre perspectivas e desafios da educação inclusiva no momento.

Cabe ressaltar que as informações obtidas através da entrevista serão analisadas coletivamente, sendo que a identidade da instituição e d@s entrevistad@s serão preservadas integralmente. O resultado final da pesquisa será apresentado ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, da Faculdade UAB/UNB - Pólo de Alexânia sob a orientação da Professora Mestre Riane Natália Soares Vasconcelos.

A qualquer momento, você pode entrar em contato com a pesquisadora, Professora Espec. Divina Pereira Primo, através de o endereço eletrônico explicitado a seguir.

Divina Pereira Primo
divina.alexania@gmail.com
(62) 9209-2844

Alexânia-Go, ___ de março de 2011

Ass. da Responsável

Ass. da testemunha

Ass. da pesquisadora